



# CURRÍCULO DE PERNAMBUCO

## EDUCAÇÃO INFANTIL



# **Currículo de Pernambuco**



# **Currículo de Pernambuco**

Caderno de Educação Infantil



GOVERNADOR DE PERNAMBUCO  
**Paulo Henrique Saraiva Câmara**

VICE-GOVERNADORA  
**Luciana Barbosa de Oliveira Santos**

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO  
**Frederico da Costa Amâncio**

SECRETÁRIA EXECUTIVA DE  
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO  
**Ana Coelho Vieira Selva**

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE  
PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO  
**Severino José de Andrade Júnior**

SECRETÁRIA EXECUTIVA DE  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL  
**Maria de Araújo Medeiros Souza**

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE  
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
**Ednaldo Alves de Moura Júnior**

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE  
GESTÃO DE REDE  
**João Carlos de Cintra Charamba**

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ESPORTES  
**Diego Porto Pérez**







PRESIDENTE

**Maria Elza da Silva**

Dirigente Municipal de Educação de Bonito

VICE-PRESIDENTE

**Sônia Regina Diógenes Tenório**

Dirigente Municipal de Educação de Venturosa

SECRETÁRIA DE COORDENAÇÃO  
TÉCNICA

**Rosemary Ramos e Silva**

Dirigente Municipal de Educação de Cachoeirinha

SECRETÁRIA DE FINANÇAS

**Joelma do Nascimento Leite**

Dirigente Municipal de Educação de Agrestina

SECRETÁRIA DE ARTICULAÇÃO

**Alessandra Santos e Silva**

Dirigente Municipal de Educação de João Alfredo

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS

JURÍDICOS

**Célio Leonel da Silva**

Dirigente Municipal de Educação de Tacaimbó

SECRETÁRIA DE COMUNICAÇÃO

**Maria José de Lima Lacerda**

Dirigente Municipal de Educação de Rio Formoso



# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	9
<b>PALAVRA DAS COORDENADORAS ESTADUAIS</b> .....	10
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	12
1.1 A construção do Currículo de Pernambuco .....	12
1.2 Concepções sobre o Currículo .....	15
1.3 Princípios norteadores .....	17
1.4 Educação Especial na perspectiva da inclusão .....	19
1.5 Competências e habilidades .....	20
1.5.1 Competências Gerais .....	22
1.6 Concepções sobre o processo de ensino e aprendizagem .....	23
1.7 Formação de professores .....	25
1.8 Avaliação da, para e como aprendizagem .....	28
1.9 Temas transversais e integradores do currículo .....	31
1.10 O documento e sua organização .....	39
1.11 Referências .....	42
<b>2. EDUCAÇÃO INFANTIL</b> .....	46
2.1 A Educação Infantil em Pernambuco .....	46
2.2 Princípios norteadores da Educação Infantil .....	47
2.3 Concepções de criança, infância e Educação Infantil .....	50
2.4 Fundação sociopolítica e pedagógica da Educação Infantil .....	53
2.5 Objetivo da Educação Infantil .....	55
2.6 Dialogando sobre inclusão na Educação Infantil .....	55
2.7 Organização do tempo e espaço na Educação Infantil: a rotina diária e ou espaço físico .....	57
2.8 Avaliação na Educação Infantil .....	59
2.9 As transições na Educação Infantil: casa/creche, creche/pré-escola e pré-escola/anos iniciais .....	60
2.10 O papel da família na Educação Infantil .....	63
2.11 Campos de experiências e direitos de aprendizagem e desenvolvimento .....	64
2.11.1 O eu, o outro e o nós e os direitos de aprendizagem e desenvolvimento .....	66
2.11.2 Corpo, gestos e movimentos e os direitos de aprendizagem e desenvolvimento .....	67

2.11.3 Escuta, fala, pensamento e imaginação e os direitos de aprendizagem e desenvolvimento .....	69
2.11.4 Traços, sons, cores e formas e os direitos de aprendizagem e desenvolvimento .....	71
2.11.5 Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações e os direitos de aprendizagem e desenvolvimento .....	72
2.12 Organizador Curricular da Educação Infantil .....	74
2.13 Referências.....	92
<b>FICHA TÉCNICA</b> .....	<b>94</b>

## APRESENTAÇÃO

É com muita satisfação e alegria que entregamos à sociedade o Currículo de Pernambuco, que irá orientar a partir de 2019 o trabalho pedagógico da Educação Infantil e Ensino Fundamental nas escolas em todo o Estado. A produção do documento, que contou com mais de oito mil contribuições de professores e membros da sociedade civil, é resultado de uma parceria entre a Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco (SEE) e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/PE).

Nossa trajetória de construção curricular remonta o ano de 2011, quando iniciamos o debate sobre os parâmetros curriculares no Estado. Pernambuco foi um dos pioneiros no Brasil a construir um documento que ajudasse as escolas a estruturar seus currículos e projetos pedagógicos. A partir de 2015, participamos da discussão sobre as versões preliminares da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017 para o Ensino Fundamental e a Educação Infantil. O ano de 2018 foi repleto de desafios, dentre os quais a revisão do currículo do Ensino Fundamental e a construção de um currículo para a Educação Infantil.

O processo foi intenso, mas contamos com uma equipe técnica competente que trabalhou de maneira articulada com professores de diversas universidades e escolas, realizando discussões nas unidades de ensino, organizando seminários regionais e consulta *online*. Desta forma, Pernambuco construiu um currículo que valorizou o diálogo com a comunidade educativa e com a sociedade, respeitando as diversas identidades do seu povo e segundo princípios éticos e humanos.

Para a elaboração deste documento, priorizamos a ampliação do debate com os profissionais da educação e o respeito às identidades culturais, políticas, sociais e econômicas das diferentes regiões de Pernambuco. Traçamos um planejamento envolvendo escolas das redes municipal, estadual e privada do litoral ao Sertão e instituímos a Comissão Estadual de Construção Curricular, formada por representantes da SEE, UNDIME/PE, Conselho Estadual de Educação (CEEPE) e União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME).

O currículo, aprovado por unanimidade pelo Conselho Estadual de Educação, é composto por quatro fascículos, sendo um volume para Educação Infantil e três para o Ensino Fundamental. Neles, estão orientações para o processo de ensino e aprendizagem e as práticas pedagógicas em sala de aula.

Tivemos a honra de participar de todo o processo e acompanhar os avanços da educação de Pernambuco, apesar da forte crise econômica pela qual atravessa o País. Isto é um indicador de que as práticas de gestão adotadas por nós estão nos levando para o caminho certo. Esperamos desta forma que este Currículo em suas mãos seja vivenciado na escola e que ele colabore para mais avanços na Educação em Pernambuco e na formação de jovens autônomos, criativos e críticos que exerçam plenamente sua cidadania ativa.

**Frederico da Costa Amâncio**  
Secretário de Educação

**Maria Elza da Silva**  
Presidente da UNDIME/PE



## **PALAVRA DAS COORDENADORAS ESTADUAIS**

***Prezado(a) professor(a),***

É com muito prazer que apresentamos o Currículo de Pernambuco para Educação Infantil e Ensino Fundamental, construído em regime de colaboração entre o Estado e a UNDIME, com apoio técnico-financeiro do Ministério da Educação.

O Currículo de Pernambuco foi elaborado com ampla participação de gestores, coordenadores, professores e outros profissionais da educação da rede estadual, redes municipais, escolas privadas, autarquias municipais, universidades públicas e privadas, por meio de seminários presenciais e consulta pública *online*. Traz como pilares os conhecimentos definidos pela Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, os Parâmetros Curriculares do Estado de Pernambuco e documentos legais que orientam a educação nacional.

Devemos destacar que é a primeira vez que Pernambuco constrói um currículo para Educação Infantil, sendo um marco para as políticas educacionais voltadas para esta etapa da educação básica, assegurando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todas as crianças na educação infantil.

Os princípios norteadores do Currículo de Pernambuco estão fundamentados na promoção da equidade e excelência das aprendizagens, na valorização das diferenças, do respeito à dignidade da pessoa humana, na perspectiva de uma escola plural, inclusiva, comprometida com a formação integral e cidadã dos indivíduos.

O documento está organizado em quatro volumes: Educação Infantil, Ensino Fundamental – Linguagens, Ensino Fundamental – Matemática e Ciências da Natureza e Ensino Fundamental – Ciências Humanas e Ensino Religioso.

Todos os volumes iniciam com uma introdução que aborda, entre outros aspectos, a concepção e os princípios norteadores desse currículo, o processo de ensino e aprendizagem, a formação de professores e avaliação da, para e como aprendizagem. São apresentados também os temas transversais e integradores, os quais consolidam a concepção de uma educação de qualidade social, fundamentada nos direitos humanos, no respeito à diversidade, à pluralidade de ideias, voltada para a formação cidadã.

Após a introdução, presente em cada Caderno, inicia o conteúdo específico do mesmo. No Caderno da Educação Infantil, são abordados aspectos fundamentais para essa etapa, considerando a concepção de criança, infância e educação infantil, os princípios específicos que norteiam as propostas pedagógicas, a rotina na educação infantil, a avaliação, bem como o papel da família e as transições casa/creche, creche/pré-escola e pré-escola/anos iniciais do ensino fundamental, momentos significativos de novas emoções e adaptações para a criança. Há um foco especial nos Campos de Experiência e nos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento, conceitos centrais na concepção da educação infantil que norteia esse documento curricular. Por fim, é apresentado o organizador curricular.

Nos Cadernos do Ensino Fundamental, após a introdução, são discutidas as fases do ensino fundamental, tratando-se especificamente das transições: educação infantil/anos iniciais e anos iniciais/anos finais. Em seguida, há uma apresentação da área de conhecimento e suas competências específicas. Cada componente que

constitui a área é abordado, analisando-se aspectos centrais para os anos iniciais e os anos finais, de modo a fortalecer o trabalho pedagógico em cada uma das fases. O organizador curricular finaliza a abordagem de cada componente.

O Currículo de Pernambuco deve ser o documento referência para elaboração dos currículos municipais, propostas pedagógicas e projeto político pedagógico de todas as escolas das redes de ensino de Pernambuco.

Esperamos que seja um material norteador para suas práticas!

**Ana Selva**

Secretaria de Educação e Esportes do Estado de Pernambuco

**Sônia Diógenes**

União dos Dirigentes Municipais de Educação – (UNDIME/PE)



# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1 A CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO DE PERNAMBUCO

Este documento curricular é fruto de uma articulação entre a Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/PE). Tem por base os Parâmetros Curriculares de Pernambuco - PCPE (2012), que atendem ao ensino fundamental, ao ensino médio e à educação de jovens e adultos; as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica - DCN (2013) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação infantil e ensino fundamental, homologada em dezembro/2017.

Contudo, antes de seguir com a apresentação deste documento, vale salientar que Pernambuco há algum tempo já disponibiliza documentos orientadores que sinalizavam para a construção do currículo, tais como a Base Curricular Comum para as redes públicas de ensino de Pernambuco - BCC (2008) e as Orientações Teórico-Methodológicas para o ensino fundamental - OTM (2008), e que foram o ponto de partida para a elaboração dos Parâmetros Curriculares de Pernambuco em 2012.

Também não é nova a parceria entre o Estado e a UNDIME/PE, a exemplo da construção dos Parâmetros Curriculares de Pernambuco que resultaram da soma de esforços das duas instituições, e da escuta de mais de 5.000 (cinco mil) professores<sup>1</sup> das universidades públicas, redes municipais e rede estadual de ensino. Nesse processo, foram também elaborados outros documentos curriculares: os Parâmetros Curriculares na Sala de Aula (2013), os Parâmetros de Formação Docente (2014) e os Padrões de Desempenho Estudantil (2014).

No que se refere à educação infantil, os documentos curriculares elaborados pelos municípios, geralmente propostas pedagógicas, também serviram de base para a construção do presente documento curricular, bem

---

<sup>1</sup> Este documento considera a igualdade de gênero, entretanto, optou por adotar a norma padrão da Língua Portuguesa, a qual prescreve a indicação do masculino genérico para designar o gênero masculino e feminino.

como as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 5/2009).

Deve-se destacar que historicamente esse momento de elaboração do PCPE foi ímpar na construção do primeiro documento curricular para a educação infantil articulado entre o estado de Pernambuco e seus municípios.

Por sua vez, a necessidade da elaboração de uma Base Nacional Comum Curricular também não é pauta recente para a Educação no Brasil. Essa necessidade vem sendo evidenciada na Constituição Federal de 1988 (1988, art. 210), na Lei 9.394/96 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996, art. 26), nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 4/2010) e em outros documentos, frutos de discussões promovidas por todos os setores da sociedade de envolvimento significativo para a Educação. Além disso, a construção de uma BNCC está indicada nas propostas da Conferência Nacional de Educação - CONAE (2014) e no Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) em diversas estratégias.

Desde a primeira versão, em 2015, e também no Seminário Estadual da BNCC, em 2016, a Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco e a UNDIME/PE atuaram colaborativamente na orientação e mobilização de professores.

Com a homologação da BNCC, em 2017, Estado e UNDIME iniciaram uma nova fase voltada para construção deste documento curricular. Instituiu-se a Comissão Estadual de Construção Curricular por meio da portaria nº. 858, de 02 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado, constituída por representantes da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco, UNDIME/PE, Conselho Estadual de Educação (CEEPE) e União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME).

Com o apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação (MEC), de acordo com a portaria nº.331, de 05 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União, foi constituída uma equipe composta por redatores, coordenadores das etapas da Educação Infantil, anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental, articulador municipal e coordenadores estaduais, os quais atuavam de forma mais efetiva no processo de construção do documento curricular em Pernambuco. Mantendo o perfil democrático de construção já característica do Estado, essa equipe recebeu contribuição de outros

profissionais e especialistas (professores de universidades públicas e particulares e das redes estadual, municipal e escolas privadas).

Estabelecidos os papéis de atuação e seus autores, Pernambuco definiu seu planejamento para construção curricular tendo como fundamento maior a necessidade de ampliar o debate com os profissionais da educação. Assim sendo, houve mobilização das escolas das redes municipais, estadual e privada para fazerem suas contribuições relativas às características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da comunidade escolar na perspectiva de garantir a contextualização, ampliação ou aprofundamento das habilidades já previstas na BNCC de forma a se construir um documento curricular que contemplasse a identidade cultural, política, econômica e social do Estado.

As contribuições das escolas foram consolidadas e incorporadas à versão preliminar do documento que foi discutida em seis seminários regionais realizados em agosto e setembro de 2018, com a participação de professores das universidades públicas, particulares e de autarquias municipais, professores das redes municipais, da rede estadual, das escolas privadas, representantes do Conselho Estadual de Educação, da UNCME, do SINEPE/PE (Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de Pernambuco) e de outras entidades da sociedade civil.

As colaborações advindas dos seminários regionais, que contaram com a participação de, aproximadamente, 2.100 professores, juntamente com sugestões recebidas via plataforma digital, foram incorporadas ao documento curricular, constituindo a segunda versão. Essa versão foi apresentada e validada em Seminário Estadual com participação de cerca de 500 profissionais da educação. Após esse evento, as alterações sugeridas foram consolidadas e incorporadas à versão final do currículo do estado de Pernambuco, o qual foi enviado para análise e parecer do Conselho Estadual de Educação.

Assim, mais uma vez, Pernambuco constrói um currículo que valoriza, em diálogo com a comunidade educativa e com a sociedade, a identidade social, cultural, política e econômica de seu povo, como também os princípios éticos e humanos, contribuindo, dessa maneira, para a formação de sujeitos autônomos, criativos e críticos que exerçam plenamente sua cidadania ativa.

Este documento curricular também será base para a construção do currículo das diferentes modalidades de ensino. Nesse sentido, é preciso elaborar/revisar documentos curriculares próprios que atendam às suas especificidades culturais, econômicas, políticas e sociais, mas também garantam o pleno acesso aos conhecimentos definidos pela BNCC para todos os estudantes. A educação especial, transversal a todas as etapas e modalidades da educação básica, está contemplada na perspectiva inclusiva em que a educação de Pernambuco se fundamenta e será abordada neste documento em tópico mais adiante.

## **1.2 CONCEPÇÕES SOBRE O CURRÍCULO**

A elaboração de um currículo está sujeita a uma multiplicidade de interpretações, visto que não há um consenso teórico sobre o que ele vem a ser, bem como sobre sua finalidade, pois não há uma definição que seja neutra. Sendo uma construção social (GOODSON,1997), ele reflete um momento político, histórico, econômico, cultural e de projetos da sociedade. O Currículo de Pernambuco não surgiu do vazio; ele é a consolidação das diferentes formas de pensar e fazer o processo educativo das diversas instâncias de construção curricular, assim como das indagações existentes nas escolas sobre a Educação, sobre a sociedade e sobre os conceitos que fundamentam o currículo enquanto definidor do que se deve ensinar e aprender, sempre tomando como ponto de partida a problematização das necessidades inerentes às práticas educativas.

Pensado dessa forma, o currículo não é meramente uma prescrição, mas, acima de tudo, um campo de lutas e tensões que traduz a escola e a sociedade que se pretende construir (SILVA, 2002). Compreendido como fruto de uma construção coletiva e democrática, ele não visa aqui apenas definir os conhecimentos a serem aprendidos e ensinados, mas permitir práticas educativas críticas, reflexivas e contextualizadas, que estejam pautadas na dialogicidade como ato primordial na busca do conhecimento daqueles que fazem o processo educativo no seu dia a dia (FREIRE, 1987).

Para essa construção, foram utilizados como referência, sobretudo, os documentos normativos nacionais e locais, a exemplo das Diretrizes Curriculares

Nacionais Gerais da Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 4/2010), dos Parâmetros Curriculares de Pernambuco (2012) e da Base Nacional Comum Curricular (2017).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos definem currículo como “experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos educandos” (Resolução CNE/CEB nº 7/2010, p.3). Os Parâmetros Curriculares de Pernambuco apresentam o Currículo “como sendo um conjunto de conhecimentos, habilidades e competências” (PERNAMBUCO, 2012, p.23).

Dessa maneira, considerando os conceitos já adotados por esses documentos, o currículo é aqui compreendido como fruto de uma construção coletiva que envolve diversas etapas, instâncias, sujeitos, intenções e finalidades. Pode-se assim dizer que ele traduz a escola, norteia as relações que são estabelecidas dentro e fora dela e se constitui como um dos elementos responsáveis pela formação humana na instituição escolar.

Nessa direção, a BNCC foi uma referência imprescindível para a elaboração curricular. A BNCC define uma série de orientações que direcionaram os partícipes na elaboração do Currículo de Pernambuco. Assim, a Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo de referência que teve por objetivo direcionar as redes de ensino e as escolas para o desenvolvimento de práticas que conduzam à construção de competências, habilidades, atitudes e valores humanos na perspectiva de uma formação integral dos estudantes.

Compreendido dessa forma, o Currículo de Pernambuco se apresenta como um elemento que integra a dimensão humana aos requisitos necessários para a vida em sociedade, buscando ofertar uma formação integral aos sujeitos do processo educativo, possibilitando a estudantes e professores compreenderem diferentes dimensões da vida e do ser social.

Reconhecendo o cenário de uma sociedade em permanente processo de mudança e sujeita a rápidas transformações, o Currículo de Pernambuco tem como perspectiva estar atrelado às práticas sociais dos estudantes, de modo a permitir-lhes (res)significar seus próprios saberes, a partir do diálogo com

aqueles socialmente construídos pela humanidade; e garantir a todos a igualdade de acesso aos conhecimentos no espaço escolar.

Dessa forma, faz-se necessário que as práticas pedagógicas promovam o desenvolvimento integral dos estudantes e sua preparação para a vida, para o trabalho e para a cidadania, a fim de que se tornem, progressivamente, sujeitos sociais e protagonistas aptos a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, ética, democrática, responsável, inclusiva, sustentável e solidária.

### **1.3 PRINCÍPIOS NORTEADORES**

Ao reconhecer a educação como um direito humano, o Currículo de Pernambuco define como eixo norteador o fortalecimento de uma sociedade democrática, igualitária e socialmente justa. Para tanto, adota como princípios orientadores: equidade e excelência, formação integral, educação em direitos humanos e inclusão.

Considerar a equidade e a excelência como princípios norteadores é compreender que todos têm direito à aprendizagem e que as necessidades de uns diferem das de outros, cabendo ao sistema educacional atender a todos, em suas especificidades, com qualidade. A excelência nas aprendizagens só faz sentido se acompanhada da equidade.

Dessa forma, apenas garantir o acesso à educação não é suficiente para a promoção da justiça e da inclusão social como também não é para a consolidação da democracia. É imperativo que o Estado promova políticas públicas que assegurem a permanência com sucesso do estudante na escola, visto que se os processos educativos não forem de qualidade e adequados às reais necessidades, também o impedirão de ter acesso aos bens sociais e culturais, promovendo exclusões da vida do trabalho e do exercício pleno da cidadania.

É no bojo da equidade e do direito à aprendizagem, com vistas a uma educação de qualidade e comprometida com a justiça e a inclusão, que se dá a formação integral do ser. Essa perspectiva de formação visa ao desenvolvimento do sujeito em todas as suas dimensões, pois o enxerga não apenas cognitivamente, mas também social, emocional, cultural, espiritual e fisicamente.

Nesse sentido, um currículo pautado na formação integral considera o estudante como centro do processo pedagógico e compreende que todas as ações voltadas para as aprendizagens devem ser construídas, avaliadas e reorientadas a partir dos contextos, interesses e necessidades dos estudantes, proporcionando, portanto, o desenvolvimento integral e entendendo que todos são capazes de aprender, ainda que em tempos e formas diferentes.

Nessa ótica, é necessário não confundir formação integral com escola em tempo integral. Embora a ampliação da carga horária nos espaços de aprendizagem coopere para a formação integral dos sujeitos, mais do que aumentar o tempo e as atividades escolares, a formação integral se compromete com o diálogo entre os diversos conhecimentos curriculares e a realidade dos estudantes, com a transversalidade e a interdisciplinaridade. A formação dessa natureza defende, principalmente, que o respeito às diversidades culturais, religiosas, étnicas, raciais, sexuais e de gênero não seja apenas um princípio, mas também uma estratégia formativa para o desenvolvimento de crianças, jovens e adultos nas suas multidimensionalidades.

A Educação em Direitos Humanos contribui para esta visão quando parte do princípio de que todas as pessoas são iguais perante a lei e que, portanto, as diferenças são partes integrantes de cada pessoa e que as especificidades devem ser consideradas e respeitadas em todo processo social, cultural e educativo. Ao se falar de inclusão, pressupõe-se o respeito às diversidades, a valorização das diferenças e, portanto, a necessidade de se repensar as práticas pedagógicas, considerando as especificidades de cada estudante e seu projeto de vida, possibilitando o acolhimento e a aprendizagem de todos no espaço plural escolar (Lei nº. 13.146/2015).

Por fim, esses princípios ora citados constituem os fundamentos de todas as práticas educativas apresentadas no currículo de Pernambuco e, dessa forma, indicam para a sociedade os sujeitos que se deseja formar: indivíduos com valores éticos e humanos, conscientes de suas responsabilidades e direitos, dispostos a construir uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva, bem como capazes de intervir na realidade e contribuir para o desenvolvimento da humanidade.

## 1.4 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

O documento *A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (MEC/SECADI, 2008) é fundamental como referência para a construção da Base Nacional Curricular Comum – BNCC. Objetiva o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial nas escolas comuns. Representa um importante marco teórico e político que define a educação especial como modalidade não substitutiva à escolarização, elabora o conceito de Atendimento Educacional Especializado – AEE, com enfoque exclusivamente pedagógico, complementar ou suplementar à formação dos estudantes e define o público-alvo da educação especial como aquele constituído pelos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A Política defendida neste documento orienta as redes públicas dos estados e municípios para a promoção de respostas às necessidades educacionais específicas de cada estudante; propõe uma transformação social, pois parte do princípio do direito humano à educação e compreende a escola como um espaço realmente de todos os estudantes. Dessa forma, ao possibilitar a cada estudante reconhecer-se nas suas diferenças e singularidades como parte constituinte do ser humano, contribui para a efetivação e exercício de sua plena cidadania.

Coadunando com esta perspectiva, no Currículo de Pernambuco, a educação especial é definida como uma modalidade de ensino que transversaliza todas as etapas e modalidades, identifica e disponibiliza recursos e serviços, orientando quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem e realiza o Atendimento Educacional Especializado/AEE junto aos estudantes matriculados nas turmas comuns do ensino regular, garantindo ações pedagógicas a fim de proporcionar a plena participação dos estudantes com necessidades educacionais específicas.

Vale destacar o papel importante do AEE, que visa promover a autonomia e independência do estudante e deve ser ofertado em turno diferente, preferencialmente nas Salas de Recursos Multifuncionais/SRMs da mesma escola ou nas de escolas circunvizinhas. O sucesso deste atendimento depende da articulação entre o professor do AEE e o professor da sala regular; esta



parceria é fundamental para garantir maior qualidade do atendimento às necessidades específicas do estudante. Isto porque uma das premissas do AEE é a individualização do ensino, conduzindo a ressignificação da prática pedagógica do professor regente e a potencialização dos espaços educativos destinados ao estudante com deficiência com base no Plano de Desenvolvimento Individual – PDI, elaborado pelo professor do Atendimento Educacional Especializado.

Por fim, é preciso ressaltar a importância de contemplar o Plano de Ação Inclusiva no Projeto Político Pedagógico/PPP das escolas ao longo de todo o processo de escolarização, o que permitirá ao estudante reconhecer-se, no ambiente escolar, como parte integrante da comunidade a qual pertence.

### **1.5 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES**

Na sociedade atual, o processo de globalização e os impactos das novas tecnologias impulsionaram novos olhares, novos conceitos e, sobretudo, novas posturas no campo educacional. O processo de ensino e aprendizagem passou a exigir das práticas pedagógicas a organização de um currículo voltado para o desenvolvimento de competências e habilidades, novas formas de apropriação e compreensão de conhecimentos e saberes que possibilitem a formação dos sujeitos numa perspectiva integral, dinâmica e contemporânea.

Nesse cenário, a função da escola enquanto instituição formal é buscar adaptar-se aos novos valores culturais que a sociedade vem experimentando, bem como aos desafios de um mundo globalizado e conectado com as diversas formas de produção do conhecimento e seus usos nos diversos espaços e tempos da sociedade.

De fato, são mudanças que exigem do contexto educacional práticas pedagógicas que desenvolvam nos estudantes competências e habilidades para enfrentar desafios e resolver problemas. Por conseguinte, os conteúdos trabalhados não só precisam ser compreendidos e alcançados pela capacidade cognitiva, mas também relacionados com as demais capacidades (ZABALA, 1998) para que o processo de ensino e aprendizagem seja interessante e significativo.

Nessa perspectiva, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC propõe, enquanto documento normativo, mudanças no como e para que construir as aprendizagens que sejam essenciais às crianças, aos jovens e aos adultos da Educação Básica. É nessa lógica que compreendemos a escola enquanto espaço e tempo de aprendizagem que deve favorecer a formação de esquemas de ações e de interações estáveis que, de forma dependente, possam ser utilizadas nos diversos contextos sociais (PERRENOUD, 1999).

Dessa forma, educar por competências configura repensar e reorganizar os conteúdos, de tal modo que tenham sentido e significado para os estudantes. É criar situações-problema, contextualizando a prática educativa com as suas vivências e os seus saberes, como defendido por Silva e Felicetti (2014, p. 18) ao ressaltarem que “situações-problema necessitam ser criadas, inovadas e devem ter relação com o cotidiano do educando, para que assim possam ser desenvolvidas novas habilidades e competências”.

Isto posto, o Currículo de Pernambuco, fundamentado na BNCC, torna-se um instrumento de referência indispensável a todas as etapas e modalidades da Educação Básica, e a escola deve, por sua vez, oferecer situações que favoreçam o desenvolvimento de habilidades e, com efeito, novas competências que, nas práticas cotidianas, possibilitem a resolução do saber fazer e do saber agir nos diversos espaços sociais, bem como propor um redirecionamento para os pilares da educação de Aprender a conhecer, Aprender a fazer, Aprender a viver juntos e Aprender a ser (DELORS, 1996).

Nesse contexto, é necessário que os professores se apropriem desses pressupostos e planejem suas práticas pela abordagem de competências, desconstruam conceitos que ainda estão cristalizados nos modelos tradicionais que fragmentam os conhecimentos nos diversos componentes curriculares e considerem a necessidade de adaptações curriculares de acordo com as especificidades da população escolar atendida.

A BNCC, enquanto documento normativo, norteia a elaboração dos currículos voltados para a formação integral dos estudantes, possibilitando, no exercício da cidadania, superar as desigualdades sociais que, na atual conjuntura global e local, têm se intensificado sobretudo para as classes menos favorecidas, público prioritário e majoritário na escola pública.

Nessa perspectiva, retomamos as 10 competências gerais definidas pela BNCC, as quais propõem como objetivos a formação integral dos estudantes. Em função disso, consideramos relevante descrevê-las.

### **1.5.1 COMPETÊNCIAS GERAIS**

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artísticas, matemática e científica para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

É nessa ótica que o Currículo de Pernambuco, ao lado da BNCC, mostra-se como um referencial para orientar pedagogicamente técnicos, gestores, professores e estudantes da Educação Básica. Em vista disso, urge repensar a prática pedagógica, os conteúdos, as habilidades e as metodologias com o intuito de assumir novas posturas, novos valores, os quais possam contribuir - mais significativamente - em prol do processo de construção e apropriação de conhecimentos e saberes para a formação de cidadãos autônomos, críticos e criativos.

## **1.6 CONCEPÇÕES SOBRE O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM**

A observação e a análise das práticas educativas têm se intensificado nas últimas décadas no cenário nacional. Tal fato é decorrente da inserção, nesse meio, de ideias e referenciais que subsidiam as ações de ensinar e aprender, visando, de certa maneira, à compreensão do sistema educacional, que está centrado na escola, seu papel, seu currículo – como apresentado em seção anterior - e seus profissionais, principalmente os professores.

Sob a égide dos verbos ensinar e aprender se constitui a base para todo o processo de construção do conhecimento. Numa perspectiva histórica e de desenvolvimento da ciência, esses dois verbos já foram bastante questionados e inferia-se que, se houve ensino, a aprendizagem aconteceu. Assim, era suficiente um professor que dominasse um determinado conhecimento e ‘ensinasse’ - transmitisse - esse saber para seu grupo de estudantes. Aquilo que os estudantes repetissem com exatidão e reproduzissem nas avaliações,

resultando na medição do quanto tinham conseguido absorver, era a aprendizagem.

A partir das contribuições da epistemologia para os processos de desenvolvimento subjetivo humano e, mais recentemente, das neurociências, com o mapeamento cerebral de todas as condições do sujeito em situações de interação com os outros e com as ideias/fatos/experiências, muda a concepção do que é aprender, de como se aprende e, por correspondência, de como devem ser desenvolvidas práticas na sala de aula que despertem o interesse, o desejo e a motivação para os estudantes aprenderem.

Assim, transformam-se também as concepções de ensinar. Agora, em vez de apenas lembrar e repetir informações, o estudante deve ser capaz de encontrá-las e usá-las com autonomia. Dessa forma, a recente ciência da aprendizagem enfatiza a importância de se repensar o que é ensinado; a maneira de ensinar, centrando o processo no estudante; e o modo de avaliar a aprendizagem, compreendendo a avaliação enquanto processo, aspecto que será discutido adiante neste texto introdutório.

Faz-se necessário, no bojo do processo de ensino e aprendizagem, que o Projeto Político Pedagógico da escola se proponha a: (1) valorizar os conhecimentos prévios que os estudantes trazem de suas vivências para a escola; (2) auxiliá-los a desenvolver competências nas diversas áreas de conhecimento, valorizando sua base sólida dos fatos, relacionando esses às ideias dentro de um eixo conceitual, visando à mediação da aprendizagem; e (3) incentivá-los em sua autonomia de aprender, ajudando-os a compreender como podem e devem também, sendo autores do seu conhecimento, monitorar seus progressos (BRANSFORD, BROWN & COCKING, 2007).

Outro aspecto de suma importância tem sido os desafios que as mudanças tecnológicas e seus avanços ininterruptos têm provocado e trazido aos processos de ensino e de aprendizagem. As tecnologias digitais de informação e comunicação, além das tecnologias assistivas, favorecem novas situações de aprendizagem, possibilitando ao estudante, por meio de seu uso, acessar e propagar informações que possam servir de ferramentas para o desenvolvimento de competências transversais para a aprendizagem colaborativa, motivando o protagonismo e práticas autorais.

É nesse âmbito denso de reflexões que o Currículo de Pernambuco encontra-se alinhado com a BNCC que traz, em sua apresentação, o foco no desenvolvimento de competências:

“o que os alunos devem ‘saber’ (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem ‘saber fazer’ (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho)” (BNCC, 2017, p. 13).

Tal discussão tem sido proposta por vários teóricos que abordam a prática educativa e do que se torna imprescindível desenvolver no processo de ensino e de aprendizagem: **aprender a conhecer**, apontando para o interesse do estudante pelo conhecimento (conteúdos factuais); **aprender a fazer**, que mostra a coragem de arriscar, de executar, até mesmo de errar, na busca de acertar (conteúdos procedimentais); **aprender a conviver**, oportunizando o desafio da convivência, do respeito ao próximo e **aprender a ser**, que traz o objetivo de viver como o papel central do estudante como cidadão (conteúdos atitudinais) (ZABALA, 1998; ZABALA & ARNAU, 2009).

Por fim, um aspecto extremamente relevante também nesse ‘novo’ processo do binômio ensino e aprendizagem é compreendê-lo como constituído mutuamente – ou seja, o ensino e a aprendizagem enquanto aspectos indissociáveis – assim como são constituídas no estudante as dimensões cognitiva e afetiva. O objetivo é promover o olhar para o desenvolvimento global deste, pensando na complexidade de sua construção e desenvolvimento integral, de forma que o olhar centrado no estudante considere a sua singularidade e o respeito às diversidades.

## 1.7 FORMAÇÃO DE PROFESSORES

As exigências cada vez mais complexas da sociedade, constituídas no tocante ao acesso, domínio e produção do conhecimento, questionam a escola quanto às suas funções e a desafiam no sentido de se transformar constantemente, a fim de que o seu papel social seja cumprido. Conseqüentemente, essas exigências requerem professores cada vez mais engajados e competentes profissionalmente para responderem a elas.

Dessa forma, o currículo e a sua organização assumem-se como elementos de destaque, uma vez que eles revelam opções acerca de um determinado modelo de formação profissional caracterizado pelas articulações que se estabelecem, no seu interior, entre os saberes teóricos e os saberes práticos necessários à atividade do professor e ao desenvolvimento profissional cuja construção deve ser o objetivo de qualquer programa de formação.

É importante destacar que o saber do professor é, então, definido como “um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais” (TARDIF, 2002, p. 36).

No que se refere às políticas públicas de formação continuada para professores, essas têm se mostrado extremamente variáveis em termos de seus formatos curriculares (cursos de curta, média e longa duração, seminários, palestras, assessorias no contexto escolar, entre outros), concernentes à Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica (Decreto nº 8.752/2016), aos Parâmetros de Formação Docente (2014) e ao Plano Estadual de Educação (PERNAMBUCO 2015-2025, Lei nº 15.533/2015). Sejam as ações definidas pelos órgãos centrais das redes de ensino, sejam aquelas que são contextualizadas na escola, os desafios de organizar processos integrados, sistemáticos e que respondam ao projeto pedagógico das instituições escolares estão colocados.

Na perspectiva de um modelo de colaboração, considera-se a corresponsabilidade dos professores pela sua formação, a legitimidade das instituições de ensino superior na organização de uma formação centrada na escola, assim como a responsabilidade das secretarias de educação na elaboração de critérios e de parâmetros para a formação docente. Assim, ressalta-se que as ações de formação continuada contam com a colaboração dos diversos sujeitos do sistema educativo, orientados pelas necessidades formativas dos professores. Essa perspectiva supõe a escola como lócus privilegiado de formação e produção de conhecimentos.

Nóvoa (1997) destaca a necessidade de “(re)encontrar espaços de interação entre as dimensões pessoais e profissionais, permitindo aos professores apropriar-se dos seus processos de formação e dar-lhes um sentido no quadro das suas histórias de vida” (p. 25).

Nessa dimensão, a formação de professores contribui para a consolidação de espaços institucionalizados de trabalho coletivo; para direcionamento de metas comuns, oriundas das necessidades da comunidade escolar definidas em seu Projeto Pedagógico e parametrizadas pelas diretrizes e políticas educacionais.

A práxis dessa formação concebe-se como um movimento dialético de ação-reflexão-ação transformada, sendo alimentada por posturas metodológicas que privilegiam procedimentos investigativos, reflexivos e colaborativos, ancorando-se no constante diálogo e partilha entre os entes envolvidos no decorrer do processo formativo. Dessa forma, os professores são compreendidos como sujeitos em transformação e transformadores da realidade e do contexto socioeducacional no qual estão inseridos.

Esse cenário instiga a qualidade dos processos formativos, seja na formação inicial ou continuada de professores. Tais processos devem ir ao encontro do perfil de professor do contexto atual em que se observam mudanças sociais, culturais, tecnológicas, econômicas, entre outras, as quais demandam profissionais com competências que extrapolam o ato de “transmitir” conteúdos, que estejam abertos às inovações e às constantes aprendizagens, que respeitem as diversidades, que construam a partilha e o diálogo com seus pares, com seus estudantes, bem como com os demais agentes educativos, e que sejam voltados para a construção de um conhecimento holístico.

É possível perceber que os esforços empreendidos para a superação dos obstáculos para a formação de um profissional com o perfil descrito, ao mesmo tempo que se constituem como desafio, abrem horizontes para a construção de propostas curriculares formativas fundamentadas em outras lógicas para além da especialização disciplinar. A perspectiva do currículo, numa dimensão interdisciplinar na formação inicial e continuada dos professores, constitui-se como um desses horizontes em que os saberes se relacionam em constante diálogo.

A integração curricular tem sido recorrente nos atuais discursos que orientam as políticas e as práticas curriculares da Educação Básica do Brasil. Essa tônica é apresentada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº 7/2010) quando enfatiza que o trabalho do professor, que tem como um dos desafios a transposição didática, deve ser



pautado na perspectiva de integrar as diferentes áreas do conhecimento, articulando-as com os saberes e experiências dos estudantes. O propósito dessa abordagem é superar a compartimentação disciplinar que predominou, por muito tempo, como característica do trabalho pedagógico.

Tal como instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica (Resolução CNE/CP nº 2/2015), entendemos que:

A formação docente inicial e continuada para a educação básica constitui processo dinâmico e complexo, direcionado à melhoria permanente da qualidade social da educação e à valorização profissional, devendo ser assumida em regime de colaboração pelos entes federados nos respectivos sistemas de ensino e desenvolvida pelas instituições de educação credenciadas (p.4).  
[...]

Deverá ser garantida, ao longo do processo, efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência (p. 11).

Diante do exposto, a formação inicial e a formação continuada compõem momentos distintos do desenvolvimento profissional, mas, ao mesmo tempo, constituem um percurso de formação, se considerarmos a história de socialização profissional do professor.

## **1.8 AVALIAÇÃO DA, PARA E COMO APRENDIZAGEM**

A avaliação é um dos elementos do processo de ensino e de aprendizagem, estando, por isso, intimamente ligada à trajetória escolar do estudante e do professor. Nessa perspectiva, a avaliação precisa ser tratada, por um lado, como um instrumento que acompanha a construção do conhecimento do estudante e, por outro lado, servir ao professor como orientação e direcionamento nos processos de (re)ensino, a partir dos resultados apresentados por eles no decorrer dos processos de construção de conhecimento.

Quando a avaliação é tratada numa perspectiva crítico-reflexiva, de forma processual e não apenas de mensuração de "quanto se aprende", considera-se o estudante em sua singularidade, oferecendo-lhe a oportunidade de construção do conhecimento de maneira integral. Ao ser compreendida como processo, a avaliação acompanha, conseqüentemente, a construção do conhecimento,

podendo ser considerada um recurso de ensino e aprendizagem para tomada de decisões a partir de seus resultados. Dessa forma, promove o desenvolvimento de um trabalho que oferece um ambiente que valoriza e apoia a equidade e a construção de processos cognitivos.

Quando o professor utiliza a avaliação como um processo de análise, tanto de sua prática pedagógica como dos caminhos utilizados pelos estudantes para aprender, elevando-se o patamar de compreensão sobre os resultados, passa-se a considerar as necessidades de ensino, tomando como base as reflexões alcançadas nos resultados avaliativos. Tal atitude leva os professores a construir instrumentos de avaliação mais coerentes e assertivos, conduzindo-os a decisões mais acertadas no que diz respeito à garantia das aprendizagens em sala de aula.

Nesse caso, mais importante que identificar o sucesso ou o fracasso é entender o que subjaz aos desempenhos observados: a abordagem seguida pelo estudante para chegar à resposta que ele nos propõe e o sentido do procedimento utilizado. Segundo Santos (2005), avaliação é algo bem mais complexo do que apenas atribuir notas sobre um teste ou prova que se faz. Ela deve estar inserida no processo de aprendizagem do estudante para saber os tipos de avaliações que devem ser praticadas, as quais podem ser:

- I. Formativa: tem como objetivo verificar se tudo aquilo que foi proposto pelo professor em relação aos conteúdos está sendo atingido durante todo o processo de ensino-aprendizagem;
- II. Cumulativa: permite reter tudo aquilo que se vai aprendendo no decorrer das aulas e possibilita ao professor, por poder acompanhar o estudante dia a dia, usá-la quando necessário;
- III. Diagnóstica: auxilia o professor a detectar ou fazer uma sondagem daquilo que se aprendeu ou não, e assim retomar os conteúdos que o estudante não conseguiu aprender, replanejando suas ações, suprimindo as necessidades e atingindo os objetivos propostos;
- IV. Somativa: tem o propósito de atribuir notas e conceitos para o estudante ser promovido ou não de uma classe para outra, ou de um curso para outro, sendo normalmente realizada durante o bimestre;

V. Autoavaliação: pode ser realizada tanto pelo estudante quanto pelo professor, para se ter consciência do que se aprendeu ou se ensinou e assim melhorar a aprendizagem.

É a partir dessa análise que a avaliação se constitui em um momento reflexivo sobre teoria e prática no processo ensino e aprendizagem e assume o protagonismo devido. Bevenutti (2002) diz que avaliar é mediar o processo de ensino e aprendizagem, é oferecer recuperação imediata, é promover cada ser humano, é vibrar junto a cada estudante em seus lentos ou rápidos progressos.

Portanto, ao avaliar, o professor estará constatando as condições de aprendizagem dos estudantes para, a partir daí, prover meios para sua recuperação e não para sua exclusão, se considerar a avaliação um processo e não um fim. Nessa direção, aparece a oportunidade de aprender com os resultados.

Em razão disso, sem dúvida, existe também, na avaliação, um processo de transferência de conhecimentos, quando o estudante, por sua vez, consegue aprender enquanto está sendo avaliado e o professor tem a oportunidade de guiar a aprendizagem desse estudante, enquanto ele cria suas respostas e trabalha de forma a compreender o que se espera dele nesse momento.

A Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, possibilita novos olhares sobre os princípios de avaliar como parte do processo de ensino e aprendizagem, o que é confirmado em seu Art. 24 quando estabelece que “a verificação do rendimento escolar observará critérios, dentre eles podemos destacar: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre quantitativos, e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

Para Vasconcelos (2005), deve-se distinguir avaliação de nota. A avaliação é um processo que precisa de uma reflexão crítica sobre a prática, podendo, dessa forma, verificar os avanços e as dificuldades, e o que fazer para superar esses obstáculos. A nota, seja na forma de número ou conceitos, é uma exigência do sistema educacional.

Sendo assim, a avaliação da aprendizagem deve buscar a obtenção de informações fidedignas sobre o trabalho realizado com os estudantes nas diferentes áreas do conhecimento e só tem sentido se for encarada pela comunidade escolar como uma aliada tanto do desenvolvimento de cada

estudante, como do alcance da consecução das metas de eficácia e qualidade fixadas pela unidade escolar ou pelos sistemas educacionais. Ela deve ser o resultado de uma análise crítica permanente da prática pedagógica, possibilitando a leitura e a compreensão do seu desenvolvimento.

É nessa perspectiva que a avaliação, no Currículo de Pernambuco, deve ser vista: como oportunidade de reflexão do fazer pedagógico, voltada para a garantia dos direitos de aprendizagem dos estudantes.

### **1.9 TEMAS TRANSVERSAIS E INTEGRADORES DO CURRÍCULO**

O Currículo de Pernambuco contempla temas sociais e saberes que envolvem várias dimensões, como: política, social, histórica, cultural, ética e econômica. Tais dimensões são necessárias à formação integral dos estudantes e afetam a vida humana em escala local, regional e global, trazendo temáticas que devem integrar o cotidiano da escola.

Alguns desses temas estão diretamente relacionados às legislações específicas, enquanto outros são sugeridos em diretrizes curriculares, ou mesmo, demandados pela própria comunidade educativa. O que os une é o fato de se relacionarem a diferentes componentes curriculares, garantindo uma abordagem interdisciplinar, transversal e integradora. Citamos alguns desses temas, entendendo que outros poderão ser acrescentados em função de novas demandas legais ou por escolha das próprias escolas, inserindo-os em seus projetos político-pedagógicos por meio de práticas educativas voltadas para a criação de uma cultura de paz.

**Educação em Direitos Humanos – EDH** (Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, 2006, Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012) - A Educação em Direitos Humanos - EDH, alicerçada no respeito e proteção à dignidade da pessoa humana, compreende o conjunto de práticas educativas fundamentadas nos direitos humanos, tendo como objetivo formar o sujeito de direito. Nesse contexto, a Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco, nas últimas décadas, assumiu a EDH como norteadora das políticas educacionais do estado de Pernambuco e pautou-a no compromisso pela construção de uma escola que se reconheça como

espaço pleno de vivências de direitos, premissa fundamental para embasar as relações humanas que acontecem na escola em todos os seus âmbitos.

As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP nº 1/2012) prescrevem que, na Educação Básica, o currículo poderá ser estruturado tomando por base a perspectiva disciplinar, transversal ou mista, fundindo disciplinaridade e transversalidade. Ao fazer a opção por tratar a EDH na perspectiva transversal, o estado de Pernambuco filia-se ao entendimento de que a cultura dos direitos humanos, conteúdo da EDH, não cabe apenas em um componente curricular, devendo, assim, ganhar espaço no conjunto dos componentes que compõem o currículo. Materializada na perspectiva transversal, a EDH fortalece os paradigmas da educação integral, considerando os estudantes em todas as suas dimensões. Além disso, sedimenta uma cultura de paz na escola, fundamentada na defesa e reconhecimento da igualdade de direitos, valorização das diferenças e das diversidades, laicidade do estado e democracia na educação.

A escola, na perspectiva da EDH, deve desenvolver uma educação pautada em várias dimensões necessárias à formação cidadã: ciências, artes, cultura, história, ética, afetividade, entre outras. Assim, a escola é concebida como espaço sociocultural, lugar de convivência inclusiva, respeitosa e afetiva. O ambiente escolar deve proporcionar, também, uma convivência acolhedora, de autorresponsabilidade com o desempenho de cada estudante, de cada professor, consigo mesmo, bem como de cuidado com o outro, considerando a dignidade de todo ser humano.

**Direitos da Criança e Adolescente** (Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 12.852/2013 – Estatuto da Juventude, Lei nº 13.257/2016 - Marco Legal da Primeira Infância, de 08 de março de 2016) - No campo da discussão dos Direitos da Criança e do Adolescente, o direito de brincar da criança e também o direito de ser cuidada por profissionais qualificados, na primeira infância, devem ser prioridade nas políticas públicas. A criança tem, sobretudo, o direito a ter a presença da mãe, pai e/ou cuidador em casa nos primeiros meses por meio da licença-maternidade e paternidade concedida para cumprimento dos cuidados.

Por sua vez, o direito à educação deve ser garantido a todas as crianças e adolescentes, observando o pleno desenvolvimento de suas potencialidades por meio de uma preparação cultural qualificada, uma base científica e humana na perspectiva de contribuir para a superação das desvantagens decorrentes das condições socioeconômicas e culturais adversas. Nessa direção, situamos também o Estatuto da Juventude, que vem corroborar a inserção social qualificada do jovem como lei complementar ao Estatuto da Criança e do Adolescente, visando garantir direitos de quem tem entre 15 e 29 anos de idade. O Estatuto da Juventude propõe expansão das garantias dadas à infância e à adolescência, além da compreensão de que o jovem deve ser visto nas suas necessidades no momento presente e não *a posteriori*.

Desse modo, as aprendizagens essenciais devem ser contempladas, proporcionando o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias, e possibilitando às crianças, adolescentes e jovens o direito a uma educação de qualidade para que possam atuar socialmente na construção de um mundo mais justo, equitativo, democrático e humano.

O contexto escolar deve ser preparado visando a uma formação cidadã em que todas as crianças e adolescentes devem ser protegidos contra práticas que fomentem a exploração do trabalho infantil e discriminação étnico-racial, religiosa, sexual, de gênero, pessoa com deficiência ou de qualquer outra ordem.

**Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso** (Lei nº 10.741/2003) - O envelhecimento é um fenômeno natural da condição humana. Para além da cronologia, há um conjunto amplo de aspectos que também configuram essa etapa do desenvolvimento humano: biológicos, culturais, históricos, psicológicos e sociais. Embora o envelhecimento humano seja uma condição natural, as representações e sentimentos são construídos socialmente.

Dessa forma, faz-se necessário que as escolas incluam, em suas práticas curriculares, ações que visem ao desenvolvimento de comportamentos e atitudes que aproximem as gerações, estimulem os estudantes para o convívio, destituído de preconceitos, com pessoas idosas e sejam educadas para o envelhecimento humano. O objetivo é garantir o respeito, a dignidade e a educação ao longo da vida. Assim, no âmbito escolar, deve-se também reconhecer o protagonismo da pessoa idosa enquanto estudante e como sujeito

que, munido de experiências e saberes, aprende mais sobre si mesmo e sobre o mundo.

**Educação Ambiental** (Lei nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP nº14/2012, Resolução CNE/CP nº 2/2012 e Programa de Educação Ambiental de Pernambuco - PEA/PE 2015) - A Educação Ambiental é um processo contínuo, dinâmico, participativo e interativo de aprendizagem das questões socioambientais. Dessa forma, a Educação Ambiental constitui uma das dimensões do direito ao meio ambiente equilibrado e sustentável, prioridade na garantia da qualidade de vida das pessoas por meio de concepções e práticas inter/transdisciplinares, contínuas e permanentes, realizadas no contexto educativo. Priorizando as questões ambientais, devemos despertar no estudante a importância de manter relações harmoniosas entre a sociedade e a natureza, preservando a biodiversidade e as culturas. É nessa perspectiva que as atividades educativas devem envolver a escola e a comunidade em seu entorno, refletir sobre atitudes de proteção e preservação da natureza, dialogando por meio dos diferentes componentes curriculares.

**Educação para o Consumo e Educação Financeira e Fiscal** (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010) - Esses temas apontam para abordagens na escola que proporcionem ao estudante ter uma compreensão sobre finanças e economia, consumo responsável, processo de arrecadação financeira e a aplicação dos recursos recolhidos como também sua importância para o valor social dos tributos, procedência e destinação. De modo geral, essas abordagens devem possibilitar ao estudante analisar, fazer considerações fundamentadas, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvam a sua vida pessoal, familiar e da realidade social e, por conseguinte, compreender a cidadania, a participação social, a importância sobre as questões tributárias, o orçamento público, seu controle, sua execução e sua transparência, bem como a preservação do patrimônio público.

**Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena** (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004, Resolução CNE/CP nº 1/2004 e Parecer CNE/CEB nº 14/2015) - Essa temática deve ser trabalhada articulada a diferentes

componentes curriculares, mas também no âmbito do currículo como um todo. Deve assegurar o conhecimento e o reconhecimento desses povos na formação cultural, social, econômica e histórica da sociedade brasileira, ampliando as referências socioculturais da comunidade escolar na perspectiva da valorização da diversidade étnico-racial, contribuindo para a construção e afirmação de diferentes identidades.

É necessário que as práticas escolares contemplem nos seus currículos o ensino da história e cultura afro-brasileira, africanas e indígenas como forma de reconhecimento da contribuição que diversos povos deram para a história e cultura nacional. Desta maneira, será alcançada uma educação das relações étnico-raciais que respeite a diversidade brasileira e que busque a erradicação da desigualdade e discriminação, ensejando a construção de uma sociedade baseada no reconhecimento das diferenças e na verdadeira democracia racial.

**Diversidade Cultural** (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010) - Ao abordarmos a diversidade cultural, biológica, étnico-racial, devemos considerar a construção das identidades, o contexto das desigualdades e dos conflitos sociais. Este tema aborda a construção histórica, social, política e cultural das diferenças que estão ligadas às relações de poder, aos processos de colonização e dominação.

Este currículo propõe ações e práticas educativas que contemplem essa temática na sala de aula e em toda comunidade escolar para que se promova o combate ao preconceito e à discriminação. É importante, no contexto escolar, possibilitar a compreensão de que a sociedade humana, sobretudo a brasileira, é composta por vários elementos que formam a diversidade cultural e a identidade de cada povo e de cada comunidade. A partir dessa perspectiva, devem ser desenvolvidas atitudes de respeito às diferenças, considerando que a completude humana é construída na interação entre as diferentes identidades.

**Relações de Gênero** (Parecer CNE/CEB nº 07/2010, Resolução CNE/CEB nº 02/2012, Lei nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha, Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, 2006, Instrução Normativa da SEE nº 007/ 2017 e Portaria MEC nº 33/2018) - A relação de gênero é entendida como uma categoria de análise que ajuda a pensar a maneira como as ações e posturas dos homens e



das mulheres são determinados pela cultura em que estão inseridos (SCOTT, 1990). Deve ser também compreendida como um conceito baseado em parâmetros científicos de produção de saberes que transversaliza diversas áreas do conhecimento, sendo capaz de identificar processos históricos e culturais que classificam e posicionam as pessoas a partir de uma relação sobre o que é entendido como feminino e masculino, essencial para o desenvolvimento de um olhar referente à reprodução de desigualdades no contexto escolar. A perspectiva da 'igualdade de gênero', no currículo, é pauta para um sistema escolar inclusivo que crie ações específicas de combate às discriminações e que não contribua para a reprodução das desigualdades que persistem em nossa sociedade. Não se trata, portanto, de anular as diferenças percebidas entre as pessoas, mas sim de fortalecer a democracia à medida que tais diferenças não se desdobrem em desigualdades.

A garantia desse debate e a elaboração de estratégias de enfrentamento às diversas formas de violência são, portanto, direitos assegurados por lei. Esses são pautados em demandas emergenciais e que reafirmam a necessidade dos espaços escolares serem lócus de promoção da cidadania e respeito às diferenças. Para efetivar isso, é necessária a implementação de ações com a perspectiva de eliminar atitudes ou comportamentos preconceituosos ou discriminatórios relacionados à ideia de inferioridade ou superioridade de qualquer orientação sexual, identidade ou expressão de gênero.

**Educação Alimentar e Nutricional** (Lei nº 11.947/2009) - Esse tema deve ser vivenciado por toda comunidade escolar de forma contínua e permanente, visando desenvolver práticas educativas, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional, que respeitem a cultura, as tradições, os hábitos alimentares saudáveis e as singularidades dos estudantes. Perpassa pela valorização da alimentação escolar, o equilíbrio entre qualidade e quantidade de alimentos consumidos, além do estudo sobre macro e micronutrientes necessários para a formação do indivíduo.

Dessa forma, o currículo traz a educação alimentar e nutricional, inserindo conceitos de alimentação e nutrição nas diferentes etapas de ensino, considerando o acesso à alimentação saudável como algo fundamental para o crescimento e desenvolvimento dos indivíduos. Nessa dimensão, é necessário

que o currículo desenvolva a percepção de que uma alimentação adequada e saudável é um direito humano, e que seja adquirida e consumida garantindo a segurança alimentar e nutricional.

**Educação para o Trânsito** - (Lei nº 9.503/1997) - A alta incidência de violência no trânsito, inclusive com mortes, remete à necessidade de incentivar a conscientização por meio de um trabalho de educação para o trânsito, envolvendo valores e princípios fundamentais para um convívio social saudável: respeito ao próximo, solidariedade, prudência e cumprimento às leis. É preciso promover práticas educativas e intersetoriais que problematizem as condições da circulação e convivência nos espaços públicos desde a própria escola, seja no campo ou na cidade, para que se promova a convivência mais harmoniosa nos espaços compartilhados, de modo a incentivar uma circulação mais segura de forma eficiente e, sobretudo, mais humana.

A educação para o trânsito deve prever, no currículo da Educação Básica, a construção de valores direcionados ao comportamento respeitoso, ao cuidado com as pessoas e com o meio ambiente, considerando o direito humano à vida, que se constitui no seu bem maior.

**Trabalho, Ciência e Tecnologia** (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010) - Trazer essa temática para o currículo da Educação Básica contribui para a compreensão do Trabalho enquanto princípio educativo que envolve não só discussões acerca do mundo do trabalho, mas também acerca do desenvolvimento de capacidades humanas para transformação da realidade material, social. Relaciona-se ainda à compreensão da Ciência e Tecnologia enquanto dimensões capazes de provocar reflexões e intervenções sobre o mundo nos aspectos sociais e naturais sem perder de vista o caráter da sustentabilidade.

Nesse sentido, é fundamental que os currículos e as práticas dos professores promovam a pesquisa, como princípio pedagógico, associada a uma abordagem reflexiva dos conteúdos que considere a relação complexa entre os potenciais do Trabalho, da Ciência e da Tecnologia para resolução de problemas, a ampliação da capacidade produtiva e empreendedora, bem como

para a garantia de um espaço de reflexão e atuação crítica e ética sobre suas influências nos impactos ambientais e sociais.

É importante que o currículo da Educação Básica, ao abordar essa temática, promova uma reflexão sobre as diversas formas de trabalho, o uso das tecnologias, as suas respectivas funções e organização social em torno de cada profissão, a contribuição dessas para o desenvolvimento da sociedade, bem como sobre as relações sociais e de poder que se estabelecem em torno do mundo do trabalho.

**Saúde, Vida Familiar e Social** (Parecer CNE/CEB nº 11/2010, Resolução CNE/CEB nº 7/2010, Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012) - A temática saúde é um conceito que nos remete não só a ausência de doença, mas, sobretudo, ao completo bem-estar que permeia as pessoas saudáveis. A concepção que se entende por saúde tem relações diretas com o meio cultural, social, político, econômico, ambiental e afetivo em que se vive. A visão histórica dos diversos significados de saúde também sofre variações ao longo do tempo. O currículo, ao desenvolver esse tema, deve considerar a saúde numa perspectiva mais ampla que envolve as várias dimensões do ser humano, tais como: saúde mental, comportamental, atitudinal, orgânica, física, motora, afetiva, sensorial, entre outras.

É necessário que a pessoa se perceba em sua multidimensionalidade e que a esfera da saúde seja reconhecida sob os diversos aspectos que envolvem uma vida saudável. O contexto político relativo a como a sociedade está organizada também interfere na dimensão da saúde do cidadão. A estrutura da saúde pública, o planejamento das cidades, o saneamento básico, o estilo de vida do/no campo ou da/na cidade, o sistema de transporte e habitacional, as relações familiares e sociais poderão interferir na saúde das pessoas. Esses aspectos devem ser considerados e refletidos no currículo de forma a levar os estudantes a compreenderem e buscarem um estilo de vida mais saudável.

Os temas integradores, acima abordados, além de estarem presentes em habilidades e competências de diferentes componentes curriculares, devem estimular o desenvolvimento de atividades para serem vivenciadas no contexto da escola, envolvendo todas as áreas do conhecimento que compõem o currículo. Por isso, é necessário que se realize um trabalho interdisciplinar,

motivador, inclusivo, resultando em uma experiência mais enriquecedora para os estudantes, os professores participantes e também toda a comunidade escolar.

### **1.10 O DOCUMENTO E SUA ORGANIZAÇÃO**

O currículo de Pernambuco tem por objetivo nortear a construção de currículos e/ou propostas pedagógicas das redes públicas de ensino e escolas privadas, os projetos políticos pedagógicos das escolas e as práticas pedagógicas vivenciadas em sala de aula. Está em consonância com a Base Nacional Comum Curricular e com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, considerando a formação cidadã dos estudantes pernambucanos.

Constitui-se em documento orientador para a rede estadual, redes municipais e escolas privadas. Também é inspirador para as modalidades da educação básica, embora não contempladas diretamente nele. Essas, por suas especificidades e singularidades, deverão ter documentos curriculares específicos construídos em âmbito estadual e municipal.

Este volume, referente à Educação Infantil, é formado pelos pressupostos teóricos, a apresentação da etapa e seus campos de experiências. Em seguida, é apresentado um organizador curricular, que traz a descrição dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento por faixa etária (bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas) e por campos de experiências.



# **REFERÊNCIAS**



## 1.11 REFERÊNCIAS

BENVENUTTI, D. B. **Avaliação, sua história e seus paradigmas educativos.** Pedagogia: a Revista do Curso. Brasileira de Contabilidade. São Miguel do Oeste – SC: ano 1, n.01, p.47- 51, jan.2002.

BRANSFORD, J. D.; BROWN, A. L.; COCKING, R. R. (org.). **Como as pessoas aprendem: cérebro, mente, experiência e escola.** Comitê de Desenvolvimento da Ciência da Aprendizagem, Comitê de Pesquisa da Aprendizagem e da Prática Educacional, Comissão de Educação e Ciências Sociais e do Comportamento, Conselho Nacional de Pesquisa dos Estados Unidos. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº5, de 17 de dezembro de 2009.** Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União. Brasília, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 11, de 7 de outubro de 2010.** Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 2010, Seção 1, p.28.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010.** Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 2010, Seção 1, p.34.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 7, de 7 de abril de 2010.** Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 2010, Seção 1, p.10.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 14, de 11 de novembro de 2015.** Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei 11.645/2008. Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer nº3, de 10 de**

**março de 2004.** Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, 2004, Seção 1, p.11.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Parecer nº 14, de 06 de junho de 2012.** Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, 2012, Seção 1, p.18.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Parecer nº 8, de 06 de março de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União, Brasília, 2012, Seção 1, p.33.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988).** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009.** Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2009.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o estatuto do idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.Lei Maria da Penha.** Diário Oficial da União, Brasília, 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro



Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nº.10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº.8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2009.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o sistema nacional de juventude SINAJUVE. Diário Oficial da União, Brasília, 2013.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016.** Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código do Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº.11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. Diário Oficial da União, Brasília, 2016.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.** Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Diário Oficial da União, Brasília, 1997.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de

Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação; Conselho Pleno. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União, Brasília, 2012, Seção 1, p.48.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 1, 17 de Junho de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, 1 de Julho de 2015.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica. Diário Oficial da União. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016.** Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Brasília: Diário Oficial da União, 10/05/2016. Seção 1, p. 5-6.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 33, de 17 de janeiro de 2018.** Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2017.

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.
- BRASIL. Ministério de Educação. Conselho Nacional de Educação; Conselho Pleno. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, 2012, Seção 1, p.70.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ministério da Educação. Ministério da Justiça. UNESCO. **Plano Nacional de Educação e Direitos Humanos**. Brasília, 2006.
- DELORS, J. (Coord.). Os quatro pilares da educação. In: **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GOODSON, I. **A construção social do currículo**. Lisboa: Educa, 1997.
- NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.
- PERNAMBUCO, Secretaria de Educação. **Base Comum Curricular (BCC)** para as redes públicas de ensino de Pernambuco, 2008.
- PERNAMBUCO, Secretaria de Educação. **Orientações Teórico- Metodológicas** para o Ensino Fundamental. 2008. Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br>. Acesso em 10 de outubro de 2018.
- PERNAMBUCO, Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares de Pernambuco**. Recife, 2012.
- PERNAMBUCO, Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares na Sala de Aula**. Recife, 2013.
- PERNAMBUCO. **Lei Nº 15.533, de 23 de junho de 2015**. Aprova o Plano Estadual de Educação 2015-2025. Pernambuco: Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 24/06/2015. Ano XCII, n. 117, p. 3-9.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Instrução Normativa SEE no. 007/2017**. Estabelece procedimentos e normas para a realização do Cadastro escolar e da Matrícula do(a) estudante, na Educação Básica da Rede Estadual de Ensino do estado de Pernambuco. Diário Oficial do Estado de Pernambuco de 19 de janeiro de 2018. Recife, 2018.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Padrões de Desempenho Estudantil**. Recife, 2014.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Parâmetros de Formação Docente**. Recife, 2014.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Programa de Educação Ambiental de Pernambuco - PEA/PE**, Recife, 2015.
- PERRENOUD, P. **Construir competências desde a escola**: trad. Bruno Charles Magne. Porto Alegre: ArtMed, 1999.
- SANTOS, C. R. (et. al.) **Avaliação Educacional: um olhar reflexivo sobre sua prática**, e vários autores, São Paulo: Editora Avercamp, 2005.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.
- SILVA, G. N.; FELICETTI, V. L. Habilidades e Competências na Prática Docente: perspectivas a partir de situações-problema. **Educação por Escrito**. Porto Alegre, v. 5, n.1, 2014.
- SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed., 3ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- VASCONCELLOS, C. **Avaliação: concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar**. 15. Ed. São Paulo: Libertad, 2005.
- ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- ZABALA, A.; ARNAU, L. **Como Aprender e Ensinar Competências**. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

**EDUCAÇÃO  
INFANTIL**





## **2. EDUCAÇÃO INFANTIL**

### **2.1 A EDUCAÇÃO INFANTIL EM PERNAMBUCO**

De forma inovadora, pela primeira vez, o Brasil possui uma Base Nacional Comum Curricular para Educação Infantil, e Pernambuco, um currículo estadual para a primeira etapa da educação básica. O currículo da Educação Infantil em Pernambuco, seguindo as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil - DCNEI (Resolução CNE/CEB nº 5/2009), é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças na faixa etária de zero a cinco anos e onze meses de idade, aos saberes cultural, artístico, científico e tecnológico.

Considerando a riqueza da diversidade cultural do Estado de Pernambuco concebemos que todas as crianças, oriundas de diferentes culturas e territórios deste Estado, devam ser valorizadas e reconhecidas como sujeitos de direitos, conforme prerrogativa da Constituição Federal (1988), Lei de Diretrizes e Bases Nacionais (1996) e Estatuto da Criança e Adolescente - ECA (Lei nº 8.069/1990) e o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257) Pernambuco vem seguindo essa direção e, pautado na necessidade de fortalecer o regime de colaboração entre união, estado e municípios, reafirmado a Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) com o Plano Nacional de Educação (2014-2024), desde 2015, criou uma gerência para atuar, apoiando os municípios, especificamente com as políticas educacionais de Educação Infantil.

Na defesa de um currículo que assegure a aprendizagem e desenvolvimento da criança, é importante que todas as Instituições da Educação Infantil das Redes de ensino dos municípios pernambucanos assegurem o direito à Educação na perspectiva da inclusão, com propostas pedagógicas que dialoguem com o currículo significativo para o universo infantil, com base nos princípios: éticos, estéticos e políticos, como preconizam as DCNEI, com professores qualificados e espaços adequados.

O Currículo de Pernambuco reafirma que as crianças devem aprender vivenciando experiências que façam sentido para elas, através de elementos constitutivos de conhecimentos essenciais para seu desenvolvimento, sendo a brincadeira um fio condutor desse processo.

Para Vygotsky (1994), a brincadeira tem um papel fundamental no desenvolvimento do próprio pensamento da criança. É através dela que a criança se apropria do mundo real, domina conhecimentos, interage com o meio e com a cultura. Através da brincadeira, a criança imagina diferentes situações e assume diversos papéis. Para o filósofo, a essência da brincadeira está na relação do significado e da percepção visual da criança, entre situações do pensamento e situações reais. Essa relação permeia toda a atividade lúdica e indica o desenvolvimento da criança, influenciando-a na forma de encarar suas ações no mundo.

## 2.2 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Os **Princípios éticos** correspondem aos valores relacionados à autonomia, à responsabilidade, à solidariedade e ao respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades, através das propostas pedagógicas que assegurem às crianças a manifestação de seus interesses, desejos e curiosidade em práticas educativas que valorizem suas produções, individuais e coletivas.

As instituições de Educação Infantil devem oportunizar às crianças experiências que:

- Ampliem a visão de mundo e de si próprias, advindas de diferentes tradições culturais.
- Promovam atitudes de respeito e solidariedade, fortalecendo a autoestima e os vínculos afetivos de todas as crianças, combatendo preconceitos que incidem sobre as diferentes formas dos seres humanos se constituírem como pessoas.
- Respeitem todas as formas de vida, o cuidado de seres vivos e a preservação dos recursos naturais.
- Favoreçam a aquisição de valores como os da inviolabilidade da vida humana, a liberdade e a integridade individuais, a igualdade de direitos de todas as pessoas, a igualdade entre homens e mulheres, assim como a solidariedade com grupos enfraquecidos e vulneráveis política e economicamente.

Os **Princípios políticos** afirmam os direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática. Esses valores, na Educação Infantil, ganham destaque, com base na formação participativa e crítica das crianças, em práticas educativas que:

- Possibilitem expressar sentimentos, ideias, questionamentos, comprometidos com a busca do bem-estar coletivo e individual, com a preocupação com o outro e com a coletividade.
- Criem condições para que a criança aprenda a opinar e a considerar os sentimentos e a opinião dos outros sobre um acontecimento, uma reação afetiva, uma ideia, um conflito.

Os **Princípios estéticos** são referentes aos valores da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais. Eles são evidenciados na forma de se relacionar e de ver o mundo das crianças e se manifestam nas práticas educativas em situações que:

- Valorizem o ato criador e a construção pelas crianças de respostas singulares, garantindo-lhes a participação em diversificadas experiências.
- Organizem um cotidiano de situações agradáveis, estimulantes, que desafiem o que cada criança e seu grupo de crianças já sabem sem ameaçar sua autoestima nem promover competitividade.
- Ampliem as possibilidades da criança de cuidar e ser cuidada, de se expressar, comunicar e criar, de organizar pensamentos e ideias, de conviver, brincar e trabalhar em grupo, de ter iniciativa na busca de resolver problemas e conflitos que se apresentam às mais diferentes idades.

Os princípios apresentados, presentes em um trabalho pedagógico, orientam um currículo para a Educação Infantil que permita ao professor “*refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto de práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças*” (BNCC,2017, p.37).

No currículo, os Princípios de Educação Infantil estão materializado nos direitos de CONVIVER, BRINCAR, PARTICIPAR, EXPLORAR, EXPRESSAR E CONHECER-SE, esses direitos devem estar expressos nos objetivos de



aprendizagem e desenvolvimento, através de experiências que sejam significativas para a criança. Os **direitos**<sup>2</sup> de aprendizagem e desenvolvimento significam:

- **CONVIVER** democraticamente com outras crianças e adultos, com eles se relacionar e partilhar distintas situações, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à natureza, à cultura e às diferenças entre as pessoas.
- **BRINCAR** cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros adultos e crianças, ampliando e diversificando as culturas infantis, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- **PARTICIPAR** ativamente, junto aos adultos e às outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola quanto da realização das atividades da vida cotidiana, da escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
- **EXPLORAR** movimentos, gestos, sons, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza- no contexto urbano e do campo -, espaços e tempos das instituições, interagindo com diferentes grupos e ampliando seus saberes, linguagens e conhecimentos.
- **EXPRESSAR**, como sujeito criativo e sensível, com diferentes linguagens, sensações corporais, necessidades, opiniões, sentimentos e desejos, pedidos de ajuda, narrativas, registros de conhecimentos elaborados a partir de diferentes experiências, envolvendo tanto a produção de linguagens quanto a fruição das artes em todas as suas manifestações.
- **CONHECER-SE** e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações e brincadeiras vivenciadas na instituição de Educação Infantil.

---

<sup>2</sup>Fonte: BNCC, 2a versão preliminar, 2016, p. 63.

Compreendendo que esses direitos apresentam uma visão integralizada do desenvolvimento infantil, este currículo, em consonância com a BNCC, é norteador para elaborações e adequações das propostas pedagógicas de redes municipais e de instituições de Educação Infantil de Pernambuco, como também de programas e projetos pedagógicos para essa etapa de ensino.

Assim, o currículo na Educação Infantil prioriza a formação identitária, a ludicidade, a autonomia, a autoestima, a cooperação, as interações e as brincadeiras no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança, sendo o brincar aspecto significativo de possibilidades na criação de situações cotidianas que permitam a construção da sua identidade, da imagem de si mesmo e do mundo em que vive.

### 2.3 CONCEPÇÕES DE CRIANÇA, INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL

#### **A Lavadeira**

Lava, lava lavadeira

A roupinha de passear

Lava, lava lavadeira

A roupinha de passear

Era uma menina de um tamanho assim (2x)

Uma trouxa de roupa assim (2x)

Um pedacinho de sabão assim (2x)

E o sol por ali assim (2x)

Uma lagoa desse tamanho

E um pouquinho de água assim.

Uma lagoa desse tamanho

E um pouquinho de água assim.

Uma lagoa desse tamanho

E um pouquinho de água assim.

*(Domínio Público)*

Como todas as Cantigas de Roda nascem da cultura popular, fruto da sociedade – reforçando a cultura local, a imaginação e a criatividade de um povo – esse diálogo tem início com uma cantiga que provoca questões como: de que

CRIANÇA e de que INFÂNCIA, este documento fala? Em que contexto elas estão inseridas na EDUCAÇÃO INFANTIL?

Refletir sobre os paradoxos que envolvem as concepções de CRIANÇA, enquanto sujeito histórico de direitos, que se desenvolve nas interações e nas rotinas cotidianas a ela disponibilizadas e por ela estabelecidas com adultos e crianças nas Instituições é um grande desafio.

A estes desafios acrescentam-se ainda outras inquietações: Como a criança é percebida? Qual o papel social da infância? Qual é o significado de ser criança nas diferentes culturas? Como trabalhar com a criança considerando seus contextos sociais, seus desenvolvimentos e formas de aprender? Como assegurar que a educação cumpra seu papel social diante das diferenças e contradições das populações infantis?

Conhecer e fazer parte do universo da criança, considerando as diferentes idades, grupos e contextos socioculturais aos quais elas estão inseridas, desenvolver a percepção e escuta sensível para todas e cada uma das crianças é a forma mais eficaz para o professor compreender o potencial da criança, seus saberes e melhor forma de aprender, promovendo um planejamento real que atenda de forma prazerosa e significativa o seu desenvolvimento e aprendizagem.

Os pesquisadores como Philippe Ariès, Bernard Charlot e Walter Benjamin, através de estudos, trouxeram muitas contribuições com a inserção concreta das crianças e suas infâncias perante a forma de organização da sociedade em geral. Através desses estudos, compreende-se que as crianças não se resumem a alguém que não é ou que virá a ser; as crianças são competentes, produzem culturas e são nelas produzidas através das brincadeiras – que é o que as caracterizam e permitem seu poder de imaginação, fantasia e criação; são seres indivisíveis e integrais que apresentam especificidades em todas as suas dimensões; são sujeitos sociais e históricos, cidadãos e seres humanos detentores de direitos.

Esse modo de ver a criança permite entender essa fase tão importante da vida e a compreender o mundo da infância centralizado na criança. Esse período complexo, repleto de desafios, não deve ser considerado apenas como uma etapa histórica, uma categoria social ou um assunto exclusivo da família que se estende do nascimento até, aproximadamente, doze anos, mas também uma pauta prioritária do Estado no sentido de garantir à criança direitos indivisíveis,

complementáveis e inseparáveis que oferecerão a elas condições para a formação de uma pessoa integral.

Portanto, abranger a infância em toda sua magnitude exige perceber nas crianças a sua singularidade, o coletivo diverso do qual elas fazem parte e imergir nas diferentes culturas e saberes que produzem. É necessário respeitar suas formas de se relacionar com o mundo e entender como se desenvolvem e aprendem, sem que o adulto determine o nível de desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

Assim, faz-se necessário pensar como as especificidades dessa fase de vida estão sendo vivenciadas na Educação Infantil, na relação de cuidado e educação que vem se estabelecendo entre professores e crianças. É preciso estabelecer uma relação de alteridade, de convivência, de interações que não sejam “interações burocráticas”, superficiais, pueris, e sim interações reais e dialógicas. Interações dessa natureza ocorrem quando se estabelece uma relação respeitosa de ampla escuta.

Preconizadas nas DCNEI, as Interações e Brincadeiras correspondem aos dois grandes eixos que devem permear o currículo da Educação Infantil. Vivenciar um currículo estruturado por esses dois eixos significa pensar na criança como um sujeito integral que se relaciona com o mundo e aprende através da mediação com o outro, com a brincadeira e a cultura. Significa, ainda, compreender que a criança precisa estar no centro de todas as ações planejadas e promovidas para ela.

É preciso refletir até que ponto o currículo e as práticas vivenciadas pela criança nas instituições de Educação Infantil estão considerando os seus saberes e suas necessidades? Até que ponto o protagonismo do professor com práticas adultocêntricas está considerando o olhar e a escuta sensível para o que a criança precisa experimentar.

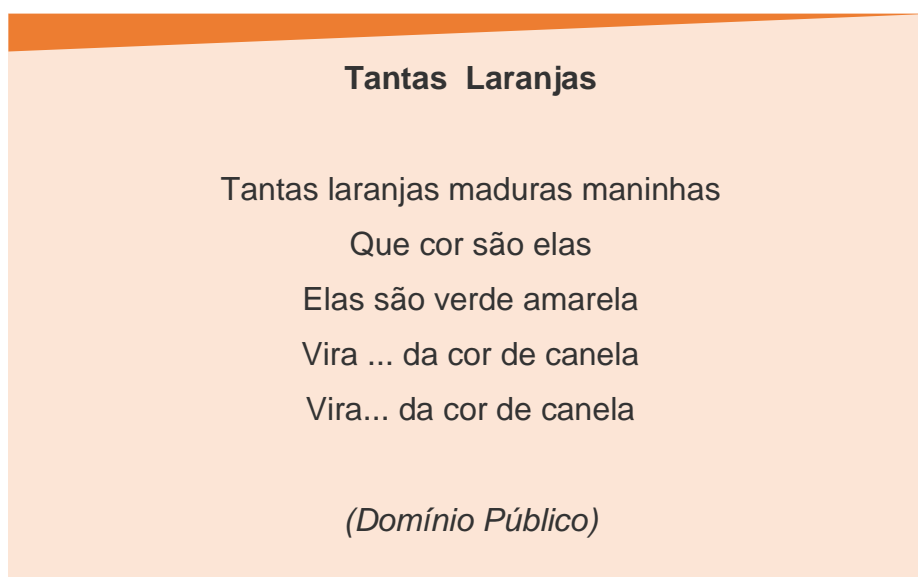
Percebe-se que, na relação adulto/criança, para o professor o *“desafio é o de ouvi-las no que têm para nos dizer e o de escutá-las, isto é tornar as suas falas centro da compreensão dos contextos educativos e da sua transformação”*(OLIVEIRA-FORMOSINHO; KISHIMOTO; PINAZZA, 2007).

Quando o professor permite a criança SER, é possível perceber que ela não se limita a aprender apenas o que ele ensina, é comum perceber que normalmente a criança não cede aos modelos de práticas que não a enxergam

como um ser ativo e competente. Impossível dicotomizar o brincar e o aprender, elas brincam e brincando aprendem o tempo todo.

Vale ressaltar que a brincadeira, que se fala, trata-se de uma brincadeira que estrutura a condição infantil, que oferece subsídios para a construção de afetos e vivências. Ao proporcionar experiências significativas de aprendizagens e desenvolvimento para as crianças, o professor, incentiva sua participação num universo de curiosidades, descobertas, exploração de mundo e múltiplas linguagens.

## 2.4 FUNÇÃO SOCIOPOLÍTICA E PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL



De acordo com o marco legal que norteia a Educação Infantil, a função sociopolítica dessa primeira etapa da Educação básica, determina que o espaço de educação coletiva fora do contexto familiar, deve se inscrever no projeto de sociedade democrática com responsabilidades no desempenho de um papel ativo na construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Que tenha como propósito, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos (art. 3º, incisos II e IV da Constituição Federal), compromissos a serem perseguidos pelos sistemas de ensino e por todos os educadores na Educação Infantil.

No que tange a função pedagógica da Educação Infantil, é parte integrante da Educação Básica, como diz a Lei nº 9.394/96 em seu artigo 22, e tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum

indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho, essa finalidade deve ser adequadamente interpretada em relação às crianças pequenas, compreendendo, nessa interpretação, as formas como as crianças, nessa etapa de vida, interagem, aprendem e se desenvolvem de forma bem específica e indicando uma identidade própria para esse segmento que, através do cuidar e o educar, rompe com a visão assistencialista e define esta concepção como direito das crianças.

O **cuidar e educar** são funções indissociáveis na Educação Infantil, materializados quando a instituição garante a integração dos aspectos físicos, emocionais, cognitivos e sociais nas propostas desenvolvidas, rompendo com a cultura da divisão entre os cuidados com a higienização e alimentação e as práticas pedagógicas.

Nesse sentido, para Barbosa (2006) o cuidar ultrapassa processos ligados à proteção e ao atendimento das necessidades físicas de alimentação, repouso, higiene, conforto e prevenção da dor. Exige que o professor se coloque disponível para a escuta das necessidades, dos desejos e inquietações das crianças, no sentido de apoiar as suas conquistas.

As práticas envolvidas nos atos de alimentar-se, tomar banho, trocar fraldas e controlar os esfínteres, na escolha do que vestir, na atenção aos riscos de adoecimento mais fácil nessa faixa etária, no âmbito da Educação Infantil, não são apenas práticas que respeitam o direito da criança de ser bem atendida nesses aspectos, como cumprimento do respeito à sua dignidade como pessoa humana. Elas são também práticas que respeitam e atendem ao direito da criança de apropriar-se, por meio de experiências corporais, dos modos estabelecidos culturalmente de alimentação e promoção de saúde, de relação com o próprio corpo e consigo mesma, mediada pelos professores que intencionalmente planejam e cuidam da organização dessas práticas.

## **2.5 OBJETIVO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

De acordo com Oliveira(2010) Educação Infantil tem como principal objetivo a promoção do desenvolvimento integral das crianças de zero a cinco anos e 11 meses de idade garantindo o acesso aos processos de construção de conhecimentos e a aprendizagem de diferentes linguagens, bem como o direito à

proteção, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e interação com outras crianças. Assim, as experiências pedagógicas vivenciadas pelas crianças devem ser compreendidas de modo a garantir a totalidade nos conhecimentos que constrói, nas relações entre razão e emoção, nas expressões corporais e verbais que desenvolve.

## 2.6 DIALOGANDO SOBRE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

*“Eu não sou difícil de ler  
Faça sua parte  
Eu sou daqui, eu não sou de Marte  
Vem, cara, me repara  
Não vê, tá na cara, sou porta-bandeira de mim  
Só não se perca ao entrar  
No meu infinito particular”*

***(Infinito Particular- Arnaldo Antunes, Mariza Monte, Carlinhos Brown)***

Para que não se perca no infinito dessas particularidades na Educação Inclusiva, faz-se necessária a retomada de algumas concepções em torno do currículo para Educação Infantil. A primeira delas é a de que todas as experiências devem sustentar as práticas realizadas nesse currículo, pelos eixos das BRINCADEIRAS e INTERAÇÕES. Outra concepção refere-se ao protagonismo da criança, colocando-a no centro do currículo, compreendendo-a como um sujeito integral e que, portanto, necessita vivenciar experiências, considerando as múltiplas linguagens.

Compreende-se, a respeito das especificidades da aprendizagem e desenvolvimento da criança de 0 a 5 anos e 11 meses, que ela aprende a partir de experiências concretas e significativas com diferentes parceiros. É preciso ter em relação às concepções da prática pedagógica, com a criança da Educação Infantil, a clareza de que o currículo age no sentido de construir as subjetividades humanas, que auxilia na formação dos princípios éticos, políticos e estéticos, que estão relacionados ao bem comum, democracia, autonomia, responsabilidade, criticidade, criatividade, sensibilidade, solidariedade, empatia, altruísmo.

Compreender e vivenciar essas concepções sobre o currículo da Educação Infantil permite ao professor um atendimento amplo, plural e equitativo do ponto de vista curricular, mas para que de fato a Instituição de Educação Infantil se torne um espaço de TODOS (AS) crianças, é preciso pensar nesse currículo a partir de muitas dimensões. Desse modo, além de se apropriar das concepções de criança, de infância, faz-se necessário que o professor compreenda e vivencie os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento preconizados na Base Nacional Comum Curricular.

É fundamental ressaltar que essa fase representa um momento importantíssimo para identificar sinais de atraso no neurodesenvolvimento que possam ser recorrentes nas práticas pedagógicas vivenciadas na rotina das Instituições, seja no momento do sono, da alimentação ou durante as experiências que abordam as linguagens motoras, oral ou escrita; a atenção; o desenvolvimento emocional e comportamental, bem como as especificidades encontradas nas demandas associadas às interações com o meio ambiente.

Esses aspectos e especificidades, associados a uma proposta inclusiva, respaldada pelos documentos oficiais, legitimam a importância da existência de uma educação de qualidade para todos, independentes das limitações impostas por uma questão de neurodiversidade.

Desse modo, é importante refletir se enquanto instituição escolar existe uma prática pedagógica inclusiva objetivando não só o acesso, mas também a permanência e desenvolvimento das crianças que apresentem tais singularidades. Logo, torna-se imprescindível levantar questionamentos, como:

- Está sendo garantida uma estrutura adequada para as crianças usuárias de cadeira de rodas ou com dificuldade de locomoção?
- Existem Salas de Recursos Multifuncionais e profissionais especializados para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) às crianças da educação inclusiva, a saber, crianças com Deficiência (física, sensorial, intelectual), Transtornos do Espectro Autista e Altas Habilidades/Superdotação?
- A proposta pedagógica contempla a parceria com a família e profissionais de áreas afins (psicólogos, psicopedagogos, neurologistas, psicomotricista, etc.)?
- Há flexibilização nos horários do atendimento para a criança quando necessário?



- O Projeto Político Pedagógico está contemplando formações com temáticas específicas da Educação Inclusiva para professores do AEE e também da sala regular?
- Os planejamentos pedagógicos estão contemplando as especificidades da Educação Inclusiva?
- As adequações curriculares estão sendo implementadas para contribuir com o processo de aprendizagem das crianças da educação inclusiva?
- Os ambientes estão sendo planejados e adequados para atender as especificidades de cada criança?

É necessário enfatizar as valiosas contribuições da Psicologia do Desenvolvimento e das Neurociências. Essas ciências ajudam a subsidiar o fazer pedagógico do profissional de Educação Infantil, pois discutem conhecimentos sobre aspectos globais do neurodesenvolvimento infantil e alguns sinais de implicações nesse processo.

Na primeira infância, os aspectos cognitivos e socioemocionais influenciam significativamente o desenvolvimento da criança, no entanto, exclusivamente não determinam seu futuro. Estudos mostram que crianças conseguiram superar e até reverter suas dificuldades através de experiências positivas desenvolvidas nas instituições de Educação Infantil, nos primeiros anos de vida.

## 2.7 ORGANIZAÇÃO DO TEMPO E ESPAÇO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A ROTINA DIÁRIA E O ESPAÇO FÍSICO

### **ORAÇÃO DO TEMPO**

És um senhor tão bonito  
 Quanto a cara do meu filho  
 Tempo, tempo, tempo, tempo  
 Vou te fazer um pedido  
 Tempo, tempo, tempo, tempo

**(Caetano Veloso) “**

A rotina na Educação Infantil é instrumento de reflexão sobre a prática pedagógica na busca de potencializar ações organizadas e flexibilizadas que atendam às necessidades de aprendizagem e desenvolvimento e promovam a autonomia das crianças nas interações e brincadeiras, no tempo e espaço.

Estudos realizados por Barbosa (2006) compreendem a rotina como uma categoria pedagógica da Educação Infantil, que opera como uma estrutura básica

organizadora do cotidiano das creches ou pré-escola, sendo atividades recorrentes ou reiterativas na vida cotidiana coletiva, que são ressignificadas e planejadas de acordo com a ampliação das experiências das crianças.

Nessa dinâmica, o planejamento do professor ganha cada vez mais relevância no uso efetivo e qualificado do tempo ao arquitetar uma rotina flexível, promovendo reflexões metodológicas na utilização dos materiais disponíveis e brincadeiras, nas atividades individuais e em grupos, através de múltiplas linguagens, à medida que as ações da prática pedagógica apresentem indicativos para ampliação do conhecimento na trajetória de aprendizagem.

Quando se pensa em rotina, na instituição de Educação Infantil, relaciona-se também a ideia de espaço e tempo vividos. No entanto, é importante a compreensão do que se trata esse tempo/espaço no currículo para constituição da formação humana.

É significativa a escolha de lugares para o desenvolvimento das brincadeiras e repouso, alimentação, higiene, atividades lúdicas, jogos e brincadeiras. Deve-se considerar a importância de estimular nas crianças a realização de explorações, experimentações e descobertas que atuam no desenvolvimento de suas potencialidades físicas, cognitivas, motoras, afetivas e interativas, considerando suas características físicas, suas faixas etárias e sua cultura.

O tempo e o espaço também devem ser organizados intencionalmente de forma a promover o desenvolvimento integral, o que remete à importância da sensibilidade do professor diante dos materiais e móveis que ocupam esses espaços e sua relevância significativa em contribuir para aprendizagem e desenvolvimento desses sujeitos de direitos, desejantes, ativos, cognoscentes.

A valorização do desenvolvimento integral, nos aspectos cognitivo, físico e socioemocional, assim como a organização do espaço e do tempo nas creches e pré-escolas tornam-se substanciais quando se apresentam comprometidas com os direitos de aprendizagem e de desenvolvimento, pois *“a organização do espaço se constitui em um parceiro pedagógico de excelência. Quanto mais rico e desafiador este espaço for, mais qualificadas serão as aprendizagens das crianças”* (HORN, 2004).

Portanto, as instituições de Educação Infantil devem garantir espaços físicos limpos, seguros, inclusivos, acolhedores e desafiadores, com

acessibilidade, estética, ventilação, insolação, luminosidade, acústica, com higiene e interatividade, de sorte a permitir a participação efetiva nas explorações e descobertas nas relações e interações entre crianças/crianças; crianças/professor;

Como explica Rossetti-Ferreira et al (2007), ao citar que os espaços devem ser sempre atraentes e estimulantes na Educação Infantil, o professor necessita estar atento para as observações e mudanças, de modo a acompanhar o desenvolvimento dos bebês e das crianças e seus interesses por coisas novas.

Nessa perspectiva, a rotina e o espaço físico nas creches e pré-escolas estão imbricados e devem estar comprometidos com a aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil, pois reconhecer que os bebês e as crianças estão sempre aprendendo, é imprescindível!

## **2.8 AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Considerando a aprendizagem e desenvolvimento dos bebês e das crianças, as instituições de Educação Infantil são responsáveis pelos procedimentos de avaliação que, de forma simultânea, acompanham a prática pedagógica, realizando a observação do processo de desenvolvimento de cada criança e de todo grupo quanto às suas conquistas, avanços e possibilidades.

Trata-se de uma avaliação diagnóstica, processual e sistemática, que se ancora na ação/reflexão/ação sobre a prática pedagógica, com foco nas experiências dos bebês e das crianças, sem o objetivo de seleção, promoção ou classificação, conforme a LDBEN(1996) e as DCNEI(2009) que acrescentam aspectos a serem garantidos na avaliação da aprendizagem e desenvolvimento das crianças:

I - A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;

II - Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);

III - A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);

IV - Documentação específica que permita às famílias conhecer o objetivo da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;

V - A não retenção das crianças na Educação Infantil.

No intuito de contribuir para que o professor reconheça possibilidades de acompanhamento, no processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças, Hoffmann (2015) considera:

- Manter uma atitude curiosa e investigativa sobre as reações e manifestações das crianças no dia a dia da instituição;
- Valorizar a diversidade de interesses e possibilidades de exploração do mundo pelas crianças, respeitando sua identidade sociocultural;
- Proporcionar-lhes um ambiente interativo, acolhedor e alegre, rico em Materiais e situações a serem experienciadas;
- Agir como mediador de suas conquistas, no sentido de apoiá-las, acompanhá-las e favorecer-lhes desafios adequados aos seus interesses e possibilidades;
- Fazer anotações diárias sobre aspectos individuais observados, de forma a reunir dados significativos que embasem o seu planejamento e a reorganização do ambiente educativo.

## 2.9 AS TRANSIÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CASA/CRECHE, CRECHE/PRÉ-ESCOLA E PRÉ-ESCOLA/ANOS INICIAIS

*No descomeço era o verbo.  
Só depois é que veio o delírio do verbo.  
O delírio do verbo estava no começo, lá onde a  
Criança diz: **Eu escuto a cor dos passarinhos.**  
Criança não sabe que o verbo escutar não funciona  
para cor, mas para som.  
Então se a criança muda a função de um verbo, ele delira.  
E pois.  
Em poesia que é voz de poeta, que é a voz de fazer nascimentos –  
O verbo tem que pegar delírio.*

*(BARROS, 2001, p. 15)*

Falar sobre transições das crianças é, antes de qualquer coisa, pensar na Educação Infantil e Ensino Fundamental enquanto espaço de infância é compreender especificidades inerentes a cada fase como a inquietude corporal, a capacidade de criar, questionar, estranhar, fantasiar, transgredir regras, estabelecer semelhanças, de construir vínculos e perceber o mundo sobre sua própria ótica. Esses são pressupostos fundamentais para acolher, interagir e contribuir com o desenvolvimento das crianças em qualquer etapa de vida e precisam ser considerados e tratados de forma muito cuidadosa e responsável.

A adaptação acontece em vários momentos, quando uma criança vai à creche ou à pré-escola pela primeira vez, quando se depara com uma nova etapa escolar ou um novo ambiente, quando passa por uma mudança de escola, de turno ou simplesmente de turma. Por isso, é importante entender que o novo, mesmo quando esperado e desejado, sempre gera insegurança e ansiedade em qualquer fase da vida.

Para a criança, esse processo é ainda mais intenso, especialmente as crianças bem pequenas que saem de suas zonas de conforto, veem-se em outros ambientes diferentes dos seus lares pela primeira vez e logo são estimuladas a participar de outras rotinas, outras regras e a conviver num coletivo com adultos e crianças inicialmente estranhos para elas.

Nessa perspectiva, as DCNEI, preveem a criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança, como é o caso da transição casa/creche, creche/pré-escola e pré-escola/anos iniciais. Garantir o que está preconizado nas diretrizes curriculares exige das instituições planejar formas e procedimentos que promovam o bem-estar, o desenvolvimento e a aprendizagem, com um olhar atento às necessidades e interesse de cada criança.

Desse modo, é preciso envolver as famílias para procurar conhecer melhor as rotinas, hábitos, brincadeiras preferidas e medos das crianças. São bastante relevantes informações como quem está presente no cotidiano das crianças, quanto tempo costuma passar com os pais e também perceber como estão estabelecidos os vínculos das famílias com elas, além dos cuidados com a saúde e alimentação. Importante enfatizar que a postura dos professores e da família é um fator determinante nesse momento.

O período de transição de uma criança, especialmente as que estão chegando à creche ou pré-escola pela primeira vez, é envolvido por inúmeras emoções, dúvidas, inquietações, que normalmente desestabilizam as famílias. A separação é sempre um processo delicado e pode gerar sofrimento e angústia. Assim, o papel de toda equipe pedagógica da instituição de educação infantil, nesse momento, é acolher a criança, organizar uma rotina e proporcionar algumas vivências para as famílias, contribuindo para uma boa adaptação e percebendo esse processo como um momento de crescimento para todos, especialmente para a criança.

É imprescindível lembrar que não existe um tempo determinado para a transição/adaptação, seja ela de casa para creche, da creche para a pré-escola ou da pré-escola para os anos iniciais. O tempo de adaptação varia de criança para criança. Geralmente, o período e a forma como se adaptam estão relacionados com suas experiências anteriores, as separações que enfrentaram e como as enfrentaram.

Na transição e adaptação das crianças da Educação Infantil, especialmente as de creche, devem ser observados e registrados os choros, os espaços em que as crianças preferem estar na instituição, os momentos de medo e insegurança, a relação com os objetos de apego, como se alimentam, o controle dos esfíncteres, a hora do banho e, principalmente, o que as faz sentir seguras e confiantes, pois, sem dúvida, o principal caminho para favorecer a permanência mais tranquila dos bebês e crianças bem pequenas na creche é promover ações que lhes deem prazer e segurança.

Quanto às crianças pequenas, da pré-escola, a importância da observação e o registro são os mesmos. Nessa fase, elas se comunicam de forma mais ampla, no entanto, muitas não sabem ainda expressar suas emoções e angústias verbalmente. Por isso, as demonstrações de ansiedade se apresentam de várias maneiras, mas geralmente são marcadas por algumas regressões no comportamento ou sintomas psicossomáticos como dor de barriga, vômitos, febre, etc.

Desse modo, acompanhar e registrar o percurso vivenciado pelas crianças ao longo de sua trajetória, por via de um olhar sensível, é preponderante para que esse período de acolhimento possa ser avaliado individualmente no decorrer de cada processo a cada nova etapa e aperfeiçoado pelo professor.

## **2.10 O PAPEL DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Considerando que a família constitui o primeiro contexto social e educativo das crianças e este se amplia quando passam a frequentar a instituição de Educação Infantil, é importante a construção de vínculos nas interações com as famílias, visando o acompanhamento participativo da aprendizagem e desenvolvimento das crianças oriundas de contextos culturais e práticas sociais diversificadas, que muito contribuem na riqueza do currículo (DCNEI, Parecer CNE/CEB n.º 20/2009).

As instituições de Educação Infantil devem conceber as famílias como parceiras do trabalho pedagógico desenvolvido na Creche e/ou Pré-escola por meio do diálogo com os respectivos grupos familiares, respeitando os diferentes tipos de organização que eles têm.

Segundo os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil (MEC, 2009), a instituição de Educação Infantil é um espaço de aprendizagens, vivências e experiências, onde as crianças se socializam, brincam e convivem com a diversidade humana. Conviver com essa diversidade, enriquece quando as famílias acompanham as vivências e as produções das crianças.

Dentre as dimensões dos Indicadores de Qualidade da Educação infantil (MEC, 2009), a garantia do direito das famílias de acompanhar as vivências e produções das crianças são pensadas diante das questões:

- Há reuniões com os familiares pelo menos três vezes por ano para apresentar planejamentos, discutir e avaliar as vivências e produções das crianças?
- Os familiares recebem relatórios sobre as aprendizagens, vivências e produções das crianças, pelo menos duas vezes ao ano?
- Familiares de crianças novatas são auxiliados e encorajados a ficar na instituição até que as mesmas se sintam seguras?
- Reuniões e entrevistas com os familiares são realizadas em horários adequados à participação das famílias?
- O horário de funcionamento e o calendário da instituição atendem às necessidades das famílias?
- As professoras e demais profissionais conhecem os familiares das crianças (seus nomes, onde trabalham, sua religião, onde moram, se as crianças têm irmãos)?

- Os familiares das crianças com deficiência são bem acolhidos e conhecem o direito de seus filhos à educação?

Segundo Zabalza (1998), a participação das famílias tem sido apontada como um dos aspectos-chave de uma Educação Infantil de qualidade, e várias experiências (especialmente a italiana, de Reggio Emilia) têm demonstrado o valor da interação e comunicação entre professores crianças, familiares e comunidade.

Desse modo, cabe pensar nas propostas pedagógicas da Educação Infantil, em relações e aproximações, com a família nas instituições, como um potencial para o fortalecimento do trabalho pedagógico, numa troca de conhecimento entre familiares e profissionais, para o bem estar das crianças.

## 2.11 CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS E DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

*“A criança é feita de cem.  
A criança tem cem mãos, cem pensamentos, cem modos de pensar,  
de jogar e de falar.  
Cem, sempre cem modos de escutar as maravilhas de amar.  
Cem alegrias para cantar e compreender.  
Cem mundos para descobrir. Cem mundos para inventar.  
Cem mundos para sonhar...”  
MALAGUZZI, 1999)*

Conforme a BNCC, os campos de experiências *“constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural”* (BRASIL, 2017, p. 38).

Essa abordagem tem foco nas experiências que são sustentadas pela lógica do conhecimento não como algo estanque, linear, instrumental, mas sim como ciência com uma construção que encanta e conecta a criança com o mundo, que favorece a aprendizagem e o desenvolvimento, que agrega diferentes linguagens, oportunizando possibilidades às crianças para explorarem, brincarem, participarem, conviverem, expressarem-se e conhecerem-se a si e ao mundo.



São cinco, **os campos de experiências** denominados na BNCC (2017):

- **O EU, O OUTRO E O NÓS;**
- **CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS;**
- **TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS;**
- **ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO;**
- **ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES.**

Essa forma de conceber o currículo na Educação Infantil se diferencia de uma organização curricular por áreas de conhecimento ou disciplinas escolares e tem respaldo na concepção dos Campos de Experiência, que são organizados a partir da articulação do conhecimento, das práticas sociais e das linguagens. Conforme Fochi (2015), esses Campos apresentam:

- ✓ As experiências concretas da vida cotidiana em virtude de nelas residirem situações importantes a serem consideradas e problematizadas para as crianças, tais como as atividades de higiene, alimentação, sono.
- ✓ O convívio no espaço da vida coletiva nas interações com outras crianças e com os adultos.
- ✓ A aprendizagem da cultura na articulação dos saberes das crianças com aqueles que a humanidade já sistematizou, na apropriação de rituais e modos de funcionamento de cada cultura.
- ✓ A produção de narrativas individuais e coletivas através de diferentes linguagens já que as crianças aprendem porque querem compreender o mundo em que vivem.
- ✓ As crianças vivem suas brincadeiras de modo narrativo porque formulam e contam histórias ao mesmo tempo em que dramatizam.

É no contexto de cada Campo de Experiência que os direitos<sup>3</sup> de aprendizagem e desenvolvimento (conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se) assumem seus respectivos significados e fundamentam os direitos e objetivos do currículo que se apresenta.

---

<sup>3</sup> Os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, que seguem os distintos Campos de Experiências, neste documento, são extraídos da 2ª versão da BNCC- 2016.

### 2.11.1 O EU, O OUTRO E O NÓS

- + É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista.*
- + Conforme vivem suas primeiras experiências sociais (na família, na instituição escolar, na coletividade), constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais.*
- + Ao mesmo tempo em que participam de relações sociais e de cuidados pessoais, as crianças constroem sua autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio.*
- + Por sua vez, na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas.*
- + Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos.*

(BNCC,2017)

### DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

- **CONVIVER** com crianças e adultos em pequenos e grandes grupos, reconhecer e respeitar as diferentes identidades e pertencimento étnico-racial, de gênero e de religião.
- **BRINCAR** com diferentes parceiros, envolver-se em variadas brincadeiras e jogos de regras, reconhecer o sentido do singular, do coletivo, da autonomia e da solidariedade, constituindo as culturas infantis.
- **PARTICIPAR** das situações do cotidiano, tanto daquelas ligadas ao cuidado de si e do ambiente como das relativas às atividades propostas pelo/a professor/a, e de decisões relativas à escola, aprendendo a respeitar os ritmos, os interesses e os desejos das outras pessoas.

- **EXPLORAR** ambientes e situações, de diferentes formas, com pessoas e grupos sociais diversos, ampliando a sua noção de mundo e sua sensibilidade em relação aos outros.
- **EXPRESSAR** as outras crianças e/ou adultos suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, oposições, utilizando diferentes linguagens, de modo autônomo e criativo, e empenhando-se em entender o que os outros expressam.
- **CONHECER-SE** nas interações e construir uma identidade pessoal e cultural, valorizar suas próprias características e as das outras crianças e adultos, constituindo uma confiança em si e uma atitude acolhedora e respeitosa em relação aos outros.

### 2.11.2 CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS E OS DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

+ Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade.

+ Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem.

+ As crianças conhecem e reconhecem as sensações e funções de seu corpo e, com seus gestos e movimentos, identificam suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo, ao mesmo tempo, a consciência sobre o que é seguro e o que pode ser um risco à sua integridade física.

+ Na Educação Infantil, o corpo das crianças e dos bebês ganha centralidade, pois ele é o partícipe privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão.

+ Assim, a instituição escolar precisa promover oportunidades ricas para que as crianças possam, sempre animadas pelo espírito lúdico e na interação com seus pares, explorar e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos,

*olhares, sons e mímicas com o corpo para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo (tais como sentar com apoio, rastejar, engatinhar, escorregar, caminhar apoiando-se em berços, mesas e cordas, saltar, escalar, equilibrar-se, correr, dar cambalhotas, alongar-se etc.).*

*(BNCC,2017)*

## **DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO**

- **CONVIVER** com crianças e adultos e experimentar, de múltiplas formas, a gestualidade que marca sua cultura e está presente nos cuidados pessoais, dança música teatro, artes circenses, jogos, escuta de histórias e brincadeiras.
- **BRINCAR**, utilizando movimentos para se expressar, explorar espaços, objetos e situações, imitar, jogar, imaginar, interagir e utilizar criativamente o repertório da cultura corporal e do movimento.
- **PARTICIPAR** de diversas atividades de cuidados pessoais e do contexto social, de brincadeiras, encenações teatrais ou circenses, danças e músicas; desenvolver práticas corporais e autonomia para cuidar de si, do outro e do ambiente.
- **EXPLORAR** amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas; descobrir modos de ocupação e de uso do espaço com o corpo e adquirir a compreensão do seu corpo no espaço, no tempo e no grupo.
- **EXPRESSAR**, corporalmente, emoções, ideias e opiniões, tanto nas relações cotidianas como nas brincadeiras, dramatizações, danças, músicas, contação de histórias, dentre outras manifestações, empenhando-se em compreender o que outros também expressam.
- **CONHECER-SE** nas diversas oportunidades de interações e explorações com seu corpo; reconhecer e valorizar o seu pertencimento de gênero, étnico-racial e religioso.

### **2.11.3 ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO E OS DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO**

*+ Desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais interagem.*


- + As **primeiras formas de interação do bebê** são os movimentos do seu corpo, o olhar, a postura corporal, o sorriso, o choro e outros recursos vocais, que ganham sentido com a interpretação do outro.
- + Progressivamente, as crianças vão ampliando e enriquecendo seu vocabulário e demais recursos de expressão e de compreensão, apropriando-se da língua materna – que se torna, pouco a pouco, seu veículo privilegiado de interação.
- + Na Educação Infantil, é importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social.
- + Desde cedo, a criança manifesta curiosidade com relação à cultura escrita: ao ouvir e acompanhar a leitura de textos, ao observar os muitos textos que circulam no contexto familiar, comunitário e escolar, ela vai construindo sua concepção de língua escrita, reconhecendo diferentes usos sociais da escrita, dos gêneros, suportes e portadores.
- + A imersão na cultura escrita, na Educação Infantil, deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo.
- + Além disso, o contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis etc. propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livros.
- + Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua.

(BNCC,2017)

## DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

- **CONVIVER** com crianças e adultos, compartilhando situações comunicativas cotidianas, constituindo modos de pensar, imaginar, sentir, narrar, dialogar e conhecer.
- **BRINCAR** com parlendas trava-línguas, adivinhas, textos de memória, rodas, brincadeiras cantadas e jogos, ampliando o repertório das manifestações culturais da tradição local e de outras culturas, enriquecendo a linguagem oral, corporal, musical, dramática, escrita, dentre outras.
- **PARTICIPAR** de rodas de conversa, de relatos de experiências, de contação e leitura de histórias e poesias, de construção de narrativas, da elaboração e descrição de papéis no faz de conta, da exploração de materiais impressos, analisando as estratégias comunicativas, as variedades linguísticas e descobrindo as diversas formas de organizar o pensamento.
- **EXPLORAR** gestos, expressões, sons da língua, rimas, imagens, textos escritos, além dos sentidos das falas cotidianas, das palavras nas poesias, parlendas, canções e nos enredos de histórias, apropriando-se desses elementos para criar novas falas, enredos, histórias e escritas, convencionais ou não.
- **EXPRESSAR** sentimentos, ideias, percepções, desejos, necessidades, pontos de vista, informações, dúvidas e descobertas, utilizando múltiplas linguagens, entendendo e considerando o que é comunicado pelos colegas e adultos.
- **CONHECER-SE**, a partir de uma apropriação autoral da(s) linguagem (ns), interagindo com os outros, reconhecendo suas preferências por pessoas, brincadeiras, lugares, histórias.

### 2.11.4 TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS E OS DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

 *Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras.*

+ Com base nessas experiências, elas se expressam por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria (coletiva e individual) com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos.

+ Essas experiências contribuem para que, desde muito pequenas, as crianças desenvolvam senso estético e crítico, o conhecimento de si mesmas, dos outros e da realidade que as cerca. Portanto, a Educação Infantil precisa promover a participação das crianças em tempos e espaços para a produção, manifestação e apreciação artística, de modo a favorecer o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade e da expressão pessoal das crianças, permitindo que se apropriem e reconfigurem, permanentemente, a cultura e potencializem suas singularidades ao ampliar repertórios e interpretar suas experiências e vivências artísticas.

(BNCC,2017)

## DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

- **CONVIVER** e fruir das manifestações artísticas e culturais da sua comunidade e de outras culturas – artes plásticas, música, dança, teatro, cinema, folguedos e festas populares - ampliando a sua sensibilidade, desenvolvendo senso estético, empatia e respeito às diferentes culturas e identidades.
- **BRINCAR** com diferentes sons, ritmos, formas, cores, texturas, objetos, materiais, construindo cenários e indumentárias para brincadeiras de faz de conta, encenações ou para festas tradicionais, enriquecendo seu repertório e desenvolvendo seu senso estético.
- **PARTICIPAR** de decisões e ações relativas à organização do ambiente (tanto no cotidiano como na preparação de eventos especiais), à definição de temas e à escolha de materiais a serem usados em atividades lúdicas e teatrais, entrando em contato com manifestações do patrimônio cultural, artístico e tecnológico, apropriando se de diferentes linguagens.
- **EXPLORAR** variadas possibilidades de usos e combinações de materiais, substâncias, objetos e recursos tecnológicos para criar e recriar danças, artes



visuais, encenações teatrais, músicas, escritas e mapas, apropriando-se de diferentes manifestações artísticas e culturais.

- **EXPRESSAR**, com criatividade e responsabilidade, suas emoções, sentimentos, necessidades e ideias, brincando, cantando, dançando, esculpindo, desenhando, encenando, compreendendo e usufruindo o que é comunicado pelos demais colegas e pelos adultos.
- **CONHECER-SE**, no contato criativo com manifestações artísticas e culturais locais e de outras comunidades, identificando e valorizando o seu pertencimento étnico-racial, de gênero e de crença religiosa, desenvolvendo sua sensibilidade, criatividade, gosto pessoal e modo peculiar de expressão por meio do teatro, música, dança, desenho e imagens.

#### **2.11.5 ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES E OS DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO**

✚ *As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais. Desde muito pequenas, elas procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.).*

✚ *Demonstram também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre elas etc.).*

✚ *Além disso, nessas experiências e em muitas outras, as crianças também se deparam, frequentemente, com conhecimentos matemáticos (contagem, ordenação, relações entre quantidades, dimensões, medidas, comparação de pesos e de comprimentos, avaliação de distâncias, reconhecimento de formas geométricas, conhecimento e reconhecimento de numerais cardinais e ordinais etc.) que igualmente aguçam a curiosidade.*

✚ *Portanto, a Educação Infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar*



*seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações.*

*+ Assim, a instituição escolar está criando oportunidades para que as crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano.*

*(BNCC,2017)*

## **DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO**

- **CONVIVER** com crianças e adultos e com eles criar estratégias para investigar o mundo social e natural, demonstrando atitudes positivas em relação a situações que envolvam diversidade étnico-racial, ambiental, de gênero, de língua, de religião.
- **BRINCAR** com materiais e objetos cotidianos, associados a diferentes papéis ou cenas sociais, e com elementos da natureza que apresentam diversidade de formas, cheiros, cores, tamanhos, pesos, densidades, experimentando possibilidades de transformação.
- **PARTICIPAR** de atividades que oportunizem a observação de contextos diversos, atentando para características do ambiente e das histórias locais, utilizando ferramentas de conhecimento e instrumentos de registro, orientação e comunicação, como bússola, lanterna, lupa, máquina fotográfica, gravador, filmadora, projetor, computador e celular.
- **EXPLORAR** e identificar as características do mundo natural e social, nomeando-as, reagrupando-as e ordenando-as, segundo critérios diversos.
- **EXPRESSAR** suas observações, hipóteses e explicações sobre objetos, organismos vivos, fenômenos da natureza, características do ambiente, personagens e situações sociais, registrando-as por meio de desenhos, fotografias, gravações em áudio e vídeo, escritas e outras linguagens.
- **CONHECER-SE** e construir sua identidade pessoal e cultural, identificando seus próprios interesses na relação com o mundo físico e social, apropriando-se dos costumes, das crenças e tradições de seus grupos de pertencimento e do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico.

## **2.12 ORGANIZADOR CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

O organizador curricular é constituído por três quadros: cada um deles corresponde a um subgrupo etário (**bebês** de zero a 1 ano e 6 meses, **crianças bem pequenas** de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses, **crianças pequenas** de 4 anos a 5 anos e 11 meses); e se divide em seis colunas. A primeira apresenta os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, numa imagem ilustrativa em forma de espiral, com a intenção de destacar que tais direitos circulam em todos os campos de experiências, como motivadores que norteiam a prática educativa. As demais colunas são relativas aos cinco campos de experiências, e contém o detalhamento dos objetivos definidos para os diferentes campos.

Na dinâmica do organizador curricular, seguem algumas considerações:

- Para compreensão dos objetivos é importante fazer a leitura detalhada sobre o que cada campo de experiência e seus respectivos direitos propõem para a Educação Infantil. Isso permitirá a elaboração de estratégias pedagógicas, que darão concretude às orientações curriculares, que aqui se apresentam.
- As crianças apresentam ritmos de aprendizagem e desenvolvimento diferenciados, sendo impossível prever que um determinado objetivo seja alcançado pela maioria das crianças em um mesmo momento.
- É importante enfatizar que os objetivos propostos devem ser considerados como uma referência flexível e que não os alcançar não implica problemas de aprendizagem.
- Para efeito didático, no organizador curricular, os campos de experiências e os objetivos apresentam-se em colunas distintas, mas, na prática educativa, eles estão articulados nas experiências vivenciadas pelas crianças.
- Na descrição dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento foram utilizados códigos, a exemplo:


**EI 01 EO 01 PE**

Perceber que suas ações têm efeitos em si, nas outras crianças e nos adultos a sua volta, constituindo relações de amizade, em diversos ambientes sociais e culturais, a partir de situações do cotidiano e de brincadeiras.

- Para leitura dos códigos, seguem as indicações:


- a) O primeiro par de letras (**EI**) indica a etapa da **Educação Infantil**.
- b) O primeiro par de números indica o grupo de faixa etária:
- 01** = bebês (zero a um ano e seis meses)
  - 02** = crianças bem pequenas (um ano e sete meses a três anos e onze meses).
  - 03** = crianças pequenas (quatro anos a cinco anos e onze meses).
- c) O segundo par de letras indica as duas letras iniciais dos campos de experiências:
- EO** = O EU, O OUTRO E O NÓS;
  - CG** = CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS;
  - TS** = TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS;
  - EF** = ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO;
  - ET** = ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES.
- d) O último par de números (**01**) indica a numeração do objetivo de aprendizagem e desenvolvimento
- e) O último par de letras (**PE**) significa que são os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento das Redes de Ensino de Pernambuco.

## OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO BEBÊS – 0 A 1 ANO E 6 MESES


DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	EU, O OUTRO E O NÓS	CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS	TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS	ESCUÇA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO	ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES
	<p><b>(EI01EO01PE)</b></p> <p>Perceber que suas ações têm efeitos em si, nas outras crianças e nos adultos a sua volta, constituindo relações de amizade, em diversos ambientes sociais e culturais, a partir de situações do cotidiano e de brincadeiras.</p>	<p><b>(EI01CG01PE)</b></p> <p>Movimentar as partes do corpo para expressar emoções, necessidades e desejos, ampliando suas estratégias comunicativas.</p>	<p><b>(EI01TS01PE)</b></p> <p>Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente.</p>	<p><b>(EI01EF01PE)</b></p> <p>Reconhecer quando é chamado por seu nome e reconhecer os nomes de pessoas com quem convive, interagindo em balbucios e conversas.</p>	<p><b>(EI01ET01PE)</b></p> <p>Explorar e descobrir as propriedades de objetos e materiais concretos (odores, cores, sabores, temperaturas, consistências, texturas e formas).</p>
	<p><b>(EI01EO02PE)</b></p> <p>Perceber suas possibilidades e os limites de seu corpo nas brincadeiras e interações das quais</p>	<p><b>(EI01CG02PE)</b></p> <p>Experimentar as possibilidades corporais nas brincadeiras e interações, em ambientes internos e ao ar livre, acolhedores e</p>	<p><b>(EI01TS02PE)</b></p> <p>Traçar marcas gráficas, em diferentes suportes (papelão, parede, chão, caixas, madeiras, etc.)</p>	<p><b>(EI01EF02PE)</b></p> <p>Demonstrar interesse ao ouvir a leitura de poemas e músicas, valorizando a tradição oral.</p>	<p><b>(EI01ET02PE)</b></p> <p>Explorar relações de causa e efeito (transbordar, tingir, misturar, mover e remover, etc.) na</p>



	participa no seu convívio social.	desafiantes, que possibilitem a autonomia dos bebês.	usando o próprio corpo e instrumentos riscantes e tintas.		interação com o mundo físico.
	<b>(EI01EO03PE)</b> Interagir com crianças da mesma e de outras faixas etárias e com adultos, ao explorar espaços, materiais, objetos, brinquedos e brincadeiras.	<b>(EI01CG03PE)</b> Imitar gestos e movimentos de outras crianças, adultos, animais, objetos, elementos e fenômenos da natureza, entre outros.	<b>(EI01TS03PE)</b> Explorar diferentes fontes sonoras e materiais para acompanhar brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias, valorizando as manifestações e tradições culturais.	<b>(EI01EF03PE)</b> Demonstrar interesse ao ouvir histórias lidas ou contadas, observando as ilustrações e os movimentos de leitura do adulto-leitor (modo de segurar o portador e de virar as páginas).	<b>(EI01ET03PE)</b> Explorar o ambiente pela ação e observação, manipulando, experimentando e fazendo descobertas, identificando nos seres vivos, tamanho, cheiro, som, cores, e percebendo o movimento de pessoas e etc.
	<b>(EI01EO04PE)</b> Comunicar necessidades, desejos e emoções, utilizando gestos, balbucios, palavras.	<b>(EI01CG04PE)</b> Participar das rotinas usando o corpo, as expressões faciais e a voz para comunicar suas reações nos momentos de cuidado e da promoção de seu bem-estar, durante a troca de fraldas, banho,	<b>(EI01TS04PE)</b> Perceber a intensidade dos sons e dos ritmos, movimentando-se de acordo com a melodia.	<b>(EI01EF04PE)</b> Reconhecer elementos das ilustrações de histórias dos livros, por si só ou a pedido do adulto-leitor.	<b>(EI01ET04PE)</b> Manipular, experimentar, arrumar e explorar diferentes espaços com diversos desafios, por meio de experiências de deslocamentos de si e dos objetos.




		alimentação, descanso, etc.			
	<b>(EI01EO05PE)</b> Reconhecer as sensações do seu corpo em momentos de alimentação, higiene, brincadeira e descanso.	<b>(EI01CG05PE)</b> Brincar de utilizar os movimentos de preensão, encaixe e lançamento, ampliando suas possibilidades de manuseio de diferentes materiais e objetos na interação com outras crianças e adultos.		<b>(EI01EF05PE)</b> Imitar as variações de entonação e gestos realizados pelos adultos ao ler histórias e ao cantar, experimentando as múltiplas linguagens.	<b>(EI01ET05PE)</b> Manipular materiais diversos e variados para perceber as diferenças e semelhanças entre eles.
	<b>(EI01EO06PE)</b> Interagir com outras crianças da mesma e de outras faixas etárias e com adultos, adaptando-se ao convívio sociocultural, através de experiências cotidianas lúdicas.	<b>(EI01CG 06 PE)</b> Participar de brincadeiras que possibilitem exploração de formas básicas do movimento (dançar, saltar, girar, cair, deslocar-se, gesticular, etc.).		<b>(EI01EF06PE)</b> Comunicar-se com outras pessoas usando movimentos, gestos, balbucios, fala e outras manifestações expressivas.	<b>(EI01ET06PE)</b> Vivenciar diferentes ritmos, velocidades e fluxos nas interações e brincadeiras (em danças, balanços, escorregos, etc.).



		<p><b>(EI01CG 07 PE)</b></p> <p>Explorar diversos brinquedos e objetos sensoriais com autonomia.</p>		<p><b>(EI01EF07PE)</b></p> <p>Conhecer e manipular materiais impressos e audiovisuais em diferentes portadores (livro, revista, gibi, cartaz, CD, etc.) demonstrando preferência por alguns.</p>	<p><b>(EI01ET 07 PE)</b></p> <p>Vivenciar brincadeiras que despertem interesse e curiosidade por fenômenos da natureza (chuva, seca, vento, correnteza, etc.).</p>
				<p><b>(EI01EF08PE)</b></p> <p>Participar de situações de escuta de textos em diferentes gêneros textuais (parlendas, poemas, canções e histórias).</p>	<p><b>(EI01ET08PE)</b></p> <p>Experimentar livremente as diversas formas de deslocamento no espaço (correr, pular, andar, engatinhar, rolar, subir, descer entre outros).</p>
				<p><b>(EI01EF09PE)</b></p> <p>Conhecer e manipular diferentes suportes de escrita, (livros variados, como: livro brinquedo, livro de imagem, livro com texto, CD e recursos audiovisuais).</p>	<p><b>(EI01ET 09 PE)</b></p> <p>Explorar o ambiente natural externo da unidade por meio de passeios.</p>

				(EI01EF10 PE) Apreciar a escuta de pequenas histórias.	
--	--	--	--	---	--

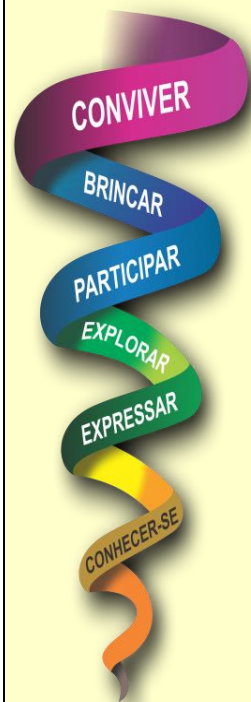
**OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS BEM PEQUENAS -1 ANO E 7 MESES A 3 ANOS E 11 MESES**

DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	EU, O OUTRO E O NÓS	CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS	TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS	ESCUITA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO	ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES
	<p align="center"><b>(EI02EO01PE)</b></p> <p>Demonstrar e valorizar atitudes de cuidado e solidariedade na interação com crianças e adultos.</p>	<p align="center"><b>(EI02CG01PE)</b></p> <p>Explorar gestos e movimentos de sua cultura no cuidado de si e nas diversas brincadeiras corporais e de faz de conta.</p>	<p align="center"><b>(EI02TS01PE)</b></p> <p>Criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais para acompanhar diversos ritmos e músicas por meio de brincadeiras, valorizando as diferentes culturas.</p>	<p align="center"><b>(EI02EF01PE)</b></p> <p>Dialogar com crianças e adultos, expressando seus desejos, necessidades, sentimentos, opiniões, aprendizagens e experiências.</p>	<p align="center"><b>(EI02ET01PE)</b></p> <p>Explorar e descrever semelhanças e diferenças entre as características e propriedades dos objetos (textura, massa, tamanho, etc.), através da manipulação do material concreto.</p>
	<p align="center"><b>(EI02EO02PE)</b></p> <p>Demonstrar imagem positiva de si e confiança para enfrentar dificuldades e desafios em diferentes contextos</p>	<p align="center"><b>(EI02CG02PE)</b></p> <p>Deslocar seu corpo no espaço, orientando-se por noções como: em frente, atrás, em cima, embaixo, dentro, fora, etc., ao se envolver em</p>	<p align="center"><b>(EI02TS02PE)</b></p> <p>Utilizar materiais variados com possibilidades de manipulação (argila, massa de modelar, etc.),</p>	<p align="center"><b>(EI02EF02PE)</b></p> <p>Identificar e criar ludicamente diferentes sons, reconhecer rimas e aliterações em cantigas de roda e textos poéticos.</p>	<p align="center"><b>(EI02ET02PE)</b></p> <p>Observar, relatar e descrever incidentes do cotidiano e fenômenos naturais (luz solar, vento, chuva etc.).</p>







		brincadeiras diversas, valorizando as explorações dos ambientes internos e externos das instituições.	explorando cores, texturas, superfícies, planos, formas e volumes ao criar objetos tridimensionais.		
<b>(EI02EO03PE)</b>	<b>(EI02CG03PE)</b>	<b>(EI02TS03PE)</b>	<b>(EI02EF03PE)</b>	<b>(EI02ET03PE)</b>	
Compartilhar, explorar e organizar os objetos e os espaços com crianças e adultos.	Explorar formas de deslocamentos no espaço (pular, saltar, dançar, correr, etc.), combinando movimentos e orientações diversas que estejam relacionadas ao prazer e as conquistas dos desafios alcançados.	Utilizar diferentes fontes sonoras disponíveis no ambiente (cantos dos pássaros, barulho do vento, da chuva e etc.) em canções, músicas, melodias e brincadeiras cantadas de diferentes culturas.	Demonstrar interesse e atenção ao ouvir a leitura de histórias e outros textos, diferenciando escrita de ilustrações e acompanhando, com orientação do adulto-leitor, a direção da leitura (de cima para baixo, da esquerda para a direita).	Compartilhar e explorar, com outras crianças, situações de cuidado de plantas e animais nos espaços da instituição e fora dela, despertando para consciência ambiental e a formação cidadã.	
<b>(EI02EO04PE)</b>	<b>(EI02CG04PE)</b>	<b>(EI02TS 04 PE)</b>	<b>(EI02EF04PE)</b>	<b>(EI02ET04PE)</b>	
Comunicar-se com os colegas e os adultos, buscando compreendê-los e	Demonstrar progressiva valorização das características do seu corpo nas diversas atividades das quais	Apreciar as diversas manifestações artísticas (visuais e musicais),	Formular e responder perguntas sobre fatos da história narrada, identificando cenários, personagens e	Identificar relações espaciais (dentro e fora, em cima, embaixo, acima, abaixo, longe e perto, entre e do lado) e	



fazendo-se compreender.	participa, como momento de cuidado de si e do outro.	respeitando suas produções e as do outro.	principais acontecimentos a partir das ilustrações de elementos apresentados.	temporais (antes, durante e depois), em diversas situações do cotidiano.
<b>(EI02EO05PE)</b> Perceber que as pessoas têm preferências e características físicas diferentes (altura, cor de olhos, cor da pele, tipos de cabelos, etc.), respeitando essas diferenças.	<b>(EI02CG05PE)</b> Desenvolver progressivamente, num contexto significativo e prazeroso, habilidades manuais para desenhar, pintar, rasgar, folhear entre outras.	<b>(EI02TS 05PE)</b> Produzir diferentes Instrumentos musicais com apoio do adulto, utilizando materiais reciclados e valorizando a sua construção.	<b>(EI02EF05PE)</b> Relatar experiências e fatos acontecidos, histórias ouvidas, filmes ou peças teatrais assistidos entre outros.	<b>(EI02ET05PE)</b> Classificar objetos, a partir de determinados atributos (tamanho, massa, cor, forma, espessura, etc.), utilizando materiais concretos.
<b>(EI02EO06PE)</b> Fazer uso de normas sociais, participando de brincadeiras, pertencentes à cultura local.		<b>(EI02S 06PE)</b> Expressar-se livremente através de variadas estratégias e linguagens, utilizando variadas cores, traços e sons para expressar a sua percepção.	<b>(EI02EF06PE)</b> Criar e contar histórias oralmente, com base em imagens, objetos ou temas sugeridos.	<b>(EI02ET06PE)</b> Utilizar conceitos básicos (agora, depois, depressa, devagar), nas situações diversas do cotidiano.




	<p><b>(EI02EO07PE)</b></p> <p>Utilizar suas habilidades comunicativas, ampliando a compreensão das mensagens dos colegas para resolução de conflitos.</p>		<p><b>(EI02TS 07PE)</b></p> <p>Expressar livremente emoções, necessidades e ideias, através de suas produções artísticas, nas interações e brincadeiras.</p>	<p><b>(EI02EF07PE)</b></p> <p>Manusear diferentes portadores textuais (livros, revistas, gibis, Jornais, cartazes, etc.), demonstrando reconhecer seus usos sociais.</p>	<p><b>(EI02ET07PE)</b></p> <p>Contar oralmente objetos, pessoas, livros, etc., nas situações diversas e em contextos significativos.</p>
				<p><b>(EI02EF08PE)</b></p> <p>Explorar textos e participar de situações de escuta para ampliar seu contato com diferentes gêneros textuais (parlendas, histórias de aventura, tirinhas, cartazes de sala, cardápios, notícias, etc.).</p>	<p><b>(EI02ET08PE)</b></p> <p>Registrar quantidades em diferentes formas (números, gráficos, objetos, etc.), nas situações diversas e em contextos significativos.</p>

				<p><b>(EI02EF09PE)</b></p> <p>Manusear diferentes instrumentos e suportes de escrita para desenhar, traçar letras e outros sinais gráficos, de forma espontânea e significativa (convites de festas de aniversários, bilhetes, cartões, etc.)</p>	
				<p><b>(EI02EF10PE)</b></p> <p>Produzir textos coletivamente (relatos de passeios, agenda do dia, listas diversas, entre outros), tendo o professor como escriba, grafando em letra maiúscula de imprensa (letra bastão).</p>	

				<p><b>(EI02EF11PE)</b></p> <p>Reconhecer a escrita do seu primeiro nome, grafado em letra maiúscula de imprensa (letra bastão), em situações significativas.</p>	
				<p><b>(EI02EF12PE)</b></p> <p>Interessar-se pela escrita de outras palavras significativas, além do seu próprio nome.</p>	

**OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS PEQUENAS – 4 E 5 ANOS E 11 MESES**

<b>DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO</b>	<b>EU, O OUTRO E O NÓS</b>	<b>CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS</b>	<b>TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS</b>	<b>ESCUITA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO</b>	<b>ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES</b>
	<p><b>(EI03EO01PE)</b></p> <p>Demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar,</p>	<p><b>(EI03CG01PE)</b></p> <p>Criar com o corpo formas diversificadas de expressão de sentimentos, sensações e emoções, tanto nas situações do cotidiano quanto em brincadeiras,</p>	<p><b>(EI03TS01PE)</b></p> <p>Utilizar sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz de conta,</p>	<p><b>(EI03EF01PE)</b></p> <p>Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea), de fotos, desenhos e outras</p>	<p><b>(EI03ET01PE)</b></p> <p>Estabelecer relações de comparação entre objetos, observando suas propriedades e especificidades.</p>



	agir, falar e ser, respeitando as diferenças sociais, religiosas, étnico-raciais, culturais e de gênero.	dança, teatro, música, favorecendo a liberdade de expressão e construindo uma imagem positiva de si mesmo.	encenações, criações musicais, festas, valorizando a diversidade cultural.	formas de expressão, comunicando-se com diferentes intenções e em diferentes contextos.	
	<p><b>(EI03EO02PE)</b></p> <p>Agir de maneira independente, perseverando frente a desafios e conflitos, confiando em suas capacidades, reconhecendo suas conquistas e limitações.</p>	<p><b>(EI03CG02PE)</b></p> <p>Demonstrar controle e adequação do uso de seu corpo em brincadeiras e jogos, escuta e reconto de histórias, rodas de conversas, atividades artísticas e culturais entre outras possibilidades.</p>	<p><b>(EI03TS02PE)</b></p> <p>Expressar-se livremente por meio de desenho, pintura, colagem, dobradura, modelagem, gravura, fotografia, escultura, visitas a museus e locais de produção e divulgação de arte visual, criando produções bidimensionais e tridimensionais, valorizando as produções individuais e coletivas.</p>	<p><b>(EI03EF02PE)</b></p> <p>Inventar brincadeiras cantadas, poemas e canções, criando rimas, aliterações e ritmos, valorizando a diversidade cultural.</p>	<p><b>(EI03ET02PE)</b></p> <p>Observar e descrever mudanças em diferentes materiais, resultantes de ações sobre eles, em experimentos envolvendo fenômenos naturais e artificiais.</p>




	<p><b>(EI03EO03PE)</b></p> <p>Ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação, percebendo e respeitando o outro nas suas diferenças.</p>	<p><b>(EI03CG03PE)</b></p> <p>Criar movimentos, gestos, olhares e mímicas em brincadeiras, jogos e atividades artísticas como dança, teatro e música que possibilitem a expressão das suas preferências, interesses e necessidades, através da exploração e valorização da cultura regional.</p>	<p><b>(EI03TS03PE)</b></p> <p>Reconhecer as qualidades do som como duração (curtos ou longos), altura (graves ou agudos), intensidade (fracos e fortes) ou timbre (que qualifica os sons a partir da fonte que os origina) utilizando-os em suas produções sonoras nas brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.</p>	<p><b>(EI03EF03PE)</b></p> <p>Folhear livros e escolher aqueles que mais gostam para ler, procurando orientar-se por temas e ilustrações, tentando identificar palavras conhecidas.</p>	<p><b>(EI03ET03PE)</b></p> <p>Identificar e selecionar fontes de informações, para responder a questões sobre a natureza, seus fenômenos, sua conservação, destacando a especificidade regional.</p>
	<p><b>(EI03EO04PE)</b></p> <p>Comunicar suas ideias e sentimentos a pessoas e grupos diversos, identificando suas emoções e regulando-as quando</p>	<p><b>(EI03CG04PE)</b></p> <p>Adotar hábitos de autocuidado relacionados à higiene, à alimentação, ao conforto e à aparência, através de ações com o próprio corpo, valorização de</p>	<p><b>(EI03TS04 PE)</b></p> <p>Perceber a intensidade dos sons e os ritmos das melodias ecoados do próprio corpo, o que lhe estimulará a</p>	<p><b>(EI03EF04PE)</b></p> <p>Criar e/ou recontar histórias ouvidas e planejar coletivamente roteiros de vídeos e de encenações, definindo os contextos, os personagens, a</p>	<p><b>(EI03ET04PE)</b></p> <p>Registrar observações, manipulações e medidas, usando múltiplas linguagens (oral, desenho, registro por números ou escrita</p>




necessário, através de experiências positivas.	alimentos saudáveis e interesse pela participação do cuidado nos espaços coletivos.	produzir outros sons e ritmos.	estrutura da história, criando cenários, trama, ação e intenção dos personagens, sequência cronológica entre outros.	espontânea), em diferentes suportes.
<p><b>(EI03EO05PE)</b></p> <p>Demonstrar valorização das características de seu corpo e respeitar as características dos outros (crianças, adultos e idosos) com os quais convive. Aceitando e adaptando-se ao grupo social em que está inserido.</p>	<p><b>(EI03CG05PE)</b></p> <p>Coordenar suas habilidades manuais (Empilhar, encaixar, rosquear, pinçar, chutar, arremessar, receber etc.) no atendimento adequado a seus interesses e necessidades em situações diversas.</p>	<p><b>(EI03TS05 PE)</b></p> <p>Desenvolver habilidades de apreciação e leitura de imagens das artes visuais, desenhos, quadros, audiovisuais, fotografias esculturas entre outros.</p>	<p><b>(EI03EF05PE)</b></p> <p>Recontar histórias ouvidas para produção de reconto escrito, ampliando e desenvolvendo sua imaginação e oralidade, tendo o professor como escriba, grafando em letra maiúscula de imprensa (letra bastão).</p>	<p><b>(EI03ET05PE)</b></p> <p>Classificar objetos e figuras de acordo com suas semelhanças e diferenças.</p>
<p><b>(EI03EO06PE)</b></p> <p>Manifestar interesse em (re) conhecer pessoas de sua comunidade (padeiro, pescador, roceiro, comerciante, etc.), e de outros grupos sociais, respeitando as</p>			<p><b>(EI03EF06PE)</b></p> <p>Produzir seus próprios textos orais e escritos (escrita espontânea), em situações com função social significativa a partir de seus conhecimentos prévios.</p>	<p><b>(EI03ET06PE)</b></p> <p>Relatar fatos importantes sobre seu nascimento e desenvolvimento, valorizando o conhecimento de si mesmo, história dos seus familiares e da sua comunidade.</p>



	diversas culturas e modos de vida.				
	<p><b>(EI03EO07PE)</b></p> <p>Usar diferentes estratégias simples para resolver problemas relacionais, buscando compreender a posição e sentimento do outro, pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos nas interações com crianças, jovens, adultos e idosos.</p>			<p><b>(EI03EF07PE)</b></p> <p>Levantar hipóteses sobre gêneros textuais (receita, convite, bilhete, listas com os nomes das crianças, entre outros) veiculados em portadores conhecidos (livro de receitas, jornais, revistas entre outros) recorrendo a estratégias de observação gráfica e/ou de leitura.</p>	<p><b>(EI03ET07PE)</b></p> <p>Relacionar números às suas respectivas quantidades e identificar o antes, o depois e o entre em uma sequência a partir das brincadeiras e em diferentes situações cotidianas.</p>
	<p><b>(EI03EO 08 PE)</b></p> <p>Explorar os espaços do cotidiano, com atitude de curiosidade, desenvolvendo o sentimento de pertencimento.</p>			<p><b>(EI03EF08PE)</b></p> <p>Selecionar livros e textos de gêneros conhecidos e variados para a leitura de um adulto e/ou para sua própria leitura, identificando elementos da estrutura de gêneros textuais, como apresentar um livro</p>	<p><b>(EI03ET08PE)</b></p> <p>Expressar medidas (peso, altura, etc.) construindo gráficos básicos, incentivando as crianças a refletir sobre comparações e as relações de medidas, a partir de experiências exploratórias e investigativas.</p>



				pela leitura do título, uma história mostrando a capa do livro, o título e o nome do autor, leitura de poemas reconhecendo palavras que rimam etc.	
				<b>(EI03EF09PE)</b> Levantar hipóteses em relação à linguagem escrita, realizando registros de palavras e textos por meio de escrita espontânea.	<b>(EI03ET 09 PE)</b> Utilizar conceitos básicos (agora, antes, durante, depois, ontem, hoje, amanhã, lento, rápido, etc.) nas situações diversas do cotidiano.
				<b>(EI03EF10PE)</b> Produzir textos coletivamente, tendo o professor como escriba, grafando em letra maiúscula de imprensa (letra bastão), ampliando as finalidades da escrita e identificando os destinatários dos textos.	<b>(EI03ET 10 PE)</b> Registrar quantidades, com escrita numérica (espontânea ou não), a partir do uso social do número.
				<b>(EI003EF11PE)</b>	

				Escrever seu nome (escrita espontânea ou convencional) utilizando letras bastão.	
				<p><b>(EI03EF12PE)</b></p> <p>Reconhecer semelhanças e diferenças entre o seu nome e o de seus colegas, quanto à grafia e aos segmentos sonoros.</p>	

# **REFERÊNCIAS**



## 2.13 REFERÊNCIAS

- BARBOSA, M. C. S. **Por amor e por força:** as rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BARROS, M. **O livro das ignoranças.** Rio de Janeiro: Record, 2001.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988).** Brasília: DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1990.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.
- BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº5, de 17 de dezembro de 2009.** Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União. Brasília, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** 2ª versão. Brasília, DF, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 20, de 11 de novembro de 2009.** Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Indicadores de Qualidade na Educação Infantil.** Brasília, 2009.
- FOCHI, P. S. Ludicidade, continuidade e significatividade nos campos de experiência. In: FINCO, D.; BARBOSA, M.C.S.; FARIA, A.L.G. de (orgs.). **Campos de experiência na escola da infância: contribuições italianas para inventar um currículo de educação infantil brasileiro.** Campinas, SP: Leitura Crítica, 2015.
- HOFFMANN, J. **Avaliação e Educação Infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança.** 20ª. Ed., Porto Alegre: Mediação, 2015.
- HORN, Maria da Graça Souza. **Sabores, Cores, Sons, Aromas: a Organização do Espaço na Educação Infantil.** Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MALAGUZZI, L. História, idéias e filosofia básica. In: EDWARDS, et al. **As Cem Linguagens da Criança – A abordagem de Reggio Emília na Educação da Primeira Infância.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- OLIVEIRA-FORMOZINHO, J. Pedagogia da Infância: Reconstruído uma Práxis de Participação. In: OLIVEIRA-FORMOZINHO, J; KISHIMOTO, T; PINAZZA, M. (Org.) **Pedagogia(s) da infância: dialogando como passado, construindo o futuro.** Porto Alegre: Artmed, 2007. p.13-36.
- OLIVEIRA, ZILMA DE MORAES RAMOS. **O currículo na Educação Infantil: o que propõem as novas Diretrizes Nacionais?** ANAIS DO I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – Perspectivas Atuais Belo Horizonte, novembro de 2010
- ROSSETTI-FERREIRA, M.C.; MELLO, A. M.; VITORIA, T.; GOSUEN, A.; CHAGURI, A. C. **Os Fazeres na Educação Infantil.** 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e Linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- ZABALZA, M. A. **Qualidade em Educação Infantil.** Porto Alegre: Artmed, 1998.



# **FICHA TÉCNICA**





# Ficha Técnica

## COMISSÃO ESTADUAL DE CONSTRUÇÃO CURRICULAR

### TITULARES

Ana Coelho Vieira Selva  
Frederico da Costa Amâncio  
Manuel Messias Silva de Sousa  
Maria Elza da Silva  
Ricardo Chaves Lima  
Sônia Regina Diógenes Tenório

### SUPLENTES

Abraão Barbosa da Silva  
Arthur Ribeiro de Senna Filho  
Cláudia Roberta de Araújo Gomes  
Claudison Vieira de Albuquerque  
Shirley Cristina Lacerda Malta  
Vaneska Maria de Melo Silva

## COORDENAÇÃO ESTADUAL DO CURRÍCULO

### **Ana Coelho Vieira Selva**

(Secretária Executiva de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco)

### **Sônia Regina Diógenes Tenório**

(Vice Presidente da UNDIME/PE)

### **ARTICULAÇÃO MUNICIPAL**

Adriana Maria das Neves

### **ANALISTA DE GESTÃO**

Beatriz Lobato da Silva

## COORDENAÇÃO DE ETAPA

**Célia Maria Vieira dos Santos**

## **TEXTO INTRODUTÓRIO**

---

### **REDATORES**

Alison Fagner de Souza E Silva  
Ana Coelho Vieira Selva  
Anair Silva Lince Melo  
Ângela Cristina Pascaretta Gallo  
Cláudia Mendes de Abreu Furtado  
Cláudia Roberta de Araújo Gomes  
Dayvi Santos  
Durval Paulo Gomes Júnior  
Edney Alexandre de Oliveira Belo  
Evandro Ribeiro de Souza  
Evanilson Alves de Sá  
Geny Pereira Mendes  
Josebias José dos Santos  
Marcos Aurélio Dornelas da Silva  
Maria Cândida Sérgio

Maria do Carmo de Oliveira  
Maria Jussara de Oliveira  
Marieta Pinho Barros  
Marinaldo Alves de Souza  
Miguel Rodrigues Menino  
Naedva Santiago Burgos  
Nelino Azevedo de Mendonça  
Shirley Cristina Lacerda Malta  
Sunnye Rose Carlos Gomes da Silva  
Suzana Maria Brainer  
Suzane Bezerra de França  
Vera Lúcia Braga de Moura  
Vitória Teresa da Hora Espar

## **EDUCAÇÃO INFANTIL**

---

### **REDATORES**

Adriana Oliveira de Toledo  
Célia Regina Bastos dos Santos  
Zuleica Maria Tavares de Brito Leitão

### **LEITORES CRÍTICOS**

Ana Patrícia Freitas de Araujo Silva  
Ana Paula de A. Melo Figuerêdo  
Lucilene Lira de Lima Souza  
Magda Maria Bezerra Prado da Costa  
Maria do Rosário da Silva  
Merielle Cristine da Silva Arruda  
Michaelle Renata Moraes de Santana  
Sandra Valéria de V. Patrício  
Solange de Abreu Moura da Silva

### **REVISÃO**

Ana Carolina F. de Araújo  
Jamersson Marcelino da Silva  
Salmo Sóstenes Pontes  
Samuel Lira de Oliveira

# Colaboradores

## TEXTO INTRODUTÓRIO

Aclécia Alves de Oliveira  
Adélia de Assis Mousinho Leite  
Adonias José da Silva  
Adriana Higino de Oliveira Trovão  
Adriana Maria Alves da Silva Lopes  
Adriana Rodrigues da Silva  
Adriano Ricardo da Silva  
Alexsandra Felix de Lima Sousa  
Aliny Karla Alves de Freitas Lira  
Alyne Roberta Sobral Alves Jacinto  
Ana Célia Bulhões de Albuquerque  
Ana Cláudia Medeiros Soares  
Ana Cristina de Barros Amaral  
Ana Cristina de Oliveira Silva  
Ana Lúcia Barbosa dos S. Paes de Souza  
Ana Lúcia Lopes da Silveira  
Ana Maria Xavier de M. Santos  
Ana Nery da Silva  
Ana Paula de Medeiros Paes  
Ana Regina Torres S. Santos  
Ana Tereza de Aquino  
Anderson Leonardo de Araújo Silva  
Andreia Limeira Brito Loiola  
Anselmo Aparecido de Lemos  
Antônio Carlos Pereira  
Aparecida Barbosa da Silva  
Áurea Maria Costa Rocha  
Avany Pereira Barbosa  
Bruno Bezerra dos Anjos  
Carla Patrícia de Brito Granja  
Carlos Eduardo Barbosa Alves  
Cícera Cruz Leite Pereira  
Cinderlândia aula Gameleira  
Cintia Cristina Targino de Carvalho  
Claudete da Silva Barbosa  
Cláudia Barroso Silva de Souza Sá  
Claudinês de Carvalho Mendes  
Cleidimar Barboa dos Santos  
Clemilda Dias de Souza  
Darllene Virgínia Ribeiro dos Santos  
Dulcinéia Iva da Silva  
Edilene Maria Gomes da Silva  
Edinéa Barbosa Cordeiro  
Edla Soares  
Edvania Arcanjo de Nascimento Barros  
Egineide Edilene S P de Lucena  
Eliete Ferreira Oliveira de Paula  
Eliete Marques de Oliveira Souza  
Elkydóritt da Silva Santos  
Enilson Quintino de Assis  
Erik Sonia Alves dos Santos  
Evanilson Alves de Sá  
Fabiana Morais Rito  
Fabiana Santos Silva  
Flávia Veras Pereira Xavier  
Francineide de Souza Maia Sá  
Francisca de Jesus Flor Pereira  
Francismar de Jesus Flor Pereira  
Gilvando Gabriel Arcanjo  
Gilvania Muniz Oliveira Veloso  
Helena Patrícia da Silva C. Albuquerque  
Herlan José Tenório Ferreira  
Iolanda Maria dos Santos Sá  
Iracema Dantas dos Santos Alves  
Ivanice Fernandes de Q Viana  
Jakeline dos Santos Arcanjo  
Janaína Bezerra de Souza  
Jeannine Aládia Macêdo dos S. Sales  
Jerusa dos Santos Moura  
Jocileide Bezerra de Oliveira Carvalho  
José Ferreira de Castro  
José Luciano Tenório da Silva  
José Paulino Peixoto Filho  
Joseana Feitosa Dantas  
Josefa Josiana Bezerra Brito  
Joselayne Dayse de Souza Santos  
Joselito Alves Arcanjo  
Josenilda dos Santos Silva  
Josineide Lira Pimentel de Vasconcelos  
Josivânia Gomes da S. Nascimento  
Jussara Bezerra Mergulhão  
Kátia Monteiro da Silva  
Laudijany Duarte Ferreira Soares  
Lúcia de Fátima Freitas Faelante

Luciano Luíz Lopes  
Lucilene Gomes da Silva  
Lucimery Cavalcante M. de Oliveira  
Lurdinalva Pedrosa Monteiro  
Marcia Leocadia Damascena A. Rodrigues  
Marcia Peres Alencar Cruz  
Marcilene Maria de Lira Siqueira  
Margarida Lacerda do Amaral Neta  
Maria Alves Galdino  
Maria Angélica Alves Dantas  
Maria Aparecida Costa da Silva  
Maria Aparecida Gomes Ferreira  
Maria Aparecida Freire de Oliveira  
Maria Claudiana da Silva  
Maria Conceição Santos e S. Silva  
Maria Cristina do n. Silva Brandão  
Maria da Conceição da Silva Pereira  
Maria da Glória Carlos de Araújo  
Maria de Fátima da Silva Nascimento  
Maria de Fátima de Santana  
Maria de Fátima dos Santos  
Maria de Fátima Ramos de Queiroz  
Maria de Lourdes Moura Fonseca  
Maria Dilma Marques T Novaes Goiana  
Maria do Carmo de Oliveira  
Maria do Socorro Batista Duarte  
Maria do Socorro de Souza Freire  
Maria do Socorro Modesto Valões  
Maria do Socorro Valois Alves  
Maria Edvânia da Silva Cavalcanti  
Maria Erica de Oliveira  
Maria Eugenia Nunes Bastos Sá  
Maria Eunice de Matos Souza  
Maria José da Conceição Silva  
Maria José Ferreira da Silva  
Maria José Henrique da Silva  
Maria Magdala Lima Rodrigues  
Maria Nereide Martins Araújo  
Maria Rejane Campos Pereira Freitas  
Maria Zélia J. de Araujo Galdino  
Marileide Rosa de Oliveira  
Marilene Rosa dos Santos  
Marta Barbosa Travassos

Marta Lúcia Silva de Melo  
Marta Maria de Lira  
Marta Maria Silva dos Santos  
Mayara Cyntia Pereira Mendes  
Michelly Silva França Nascimento  
Mizia Batista de Lima Silveira  
Mônica da Silva Marques  
Nádja Cristina Freire  
Natsha Ferraz Canto Pessoa de Luna  
Nilma Lúcia de Sales Silva  
Noêmia Karina Araújo da Silva  
Odair José da Silva  
Paula Joelma Soares Ferreira  
Reginaldo Araújo de Lima  
Rilma Lêda Macário  
Rivaldo José Barbosa Alves  
Rosângela da Costa Castro  
Rosileide Gomes Pereira de Melo  
Rosilene Braz da Costa  
Rosilene Braz da Costa  
Sandra Albuquerque de Souza  
Sandra de Souza Gusmão  
Selma Medeiros de Araújo Aguiar  
Silvana Alves Teixeira  
Silvana Maria Brainer  
Sílvia Helena Vasconcelos da Silva  
Sílvia Maria Lopes de Oliveira  
Simone da Silva Guimarães  
Simoni Patrícia Sena da Silva Campos  
Simonia Ribeiro de Arruda  
Solange da Silva Batista Lopes  
Sonia Regina Diógenes Tenório  
Suelly Bezerra  
Sylmara Kélbya Silvestre Wanderley  
Tarcísia Rose de Souza Farias  
Tayanne Rafaely Lima e Silva  
Valdenice da Silva  
Valéria Conegundes Barbosa Marques  
Valmira Matias da Silva Santos  
Vanda Maria Rodrigues Garcez  
Veridiana Carvalho de M. e Brito  
Vitória Teresa da Hora Espar

## **EDUCAÇÃO INFANTIL**

Adriana Alves de Sousa  
Adriana Catarina de Sousa Pessoa  
Adriana Maria Melo Pessoa  
Alcicleide Maria Santana de Jesus  
Alexa Cristina Cabral da Silva  
Alexsandra Maria Ferreira da Silva

Amanda Christina Gomes Pereira Falcão  
Ana Carla S. da Silva  
Ana Carolina P. A. Brandão  
Ana Cristina Torres Leal  
Ana Lucia Barbosa Cavalcante Rodolfo  
Ana Otilia dos Santos

Ana Patrícia Freitas de Araújo Silva  
 Ana Paula Barros Silva  
 Ana Paula Cavalcante  
 Ana Paula Cavalcanti E Silva  
 Ana Paula Correia de Souza  
 Angela Patricia Alves de Almeida Silva  
 Ariana F. Paula Agosto Santos  
 Cártia Regina da Silva Interaminense  
 Catarina de Figueiroa Salles  
 Cécilia Carmem Sales de Carvalho  
 Celia Gonçalves de Oliveira Arcanjo  
 Cicilia Gabriela Correia Tavares  
 Cioni Ferreira da Silva  
 Claudjane Alves de Souza Dias  
 Cleriana Dark Monteiro da Silva  
 Cosma Vasconcelos da Silva  
 Cristina Teixeira Vitor  
 Daisy Gomes de Oliveira  
 Débora Quitéria Melo de Aquino  
 Diana Cristina das Chagas  
 Dilma da Silva Queirós  
 Djanira Bezerra da Silva  
 Edilene Maria de Resende Freitas  
 Edilma Maria da Luz  
 Edilúcia Alves Bezerra da Silva  
 Edivonaldo Soares Barros  
 Edna Cristina de Queiroz Campos  
 Edvani Edite de Melo Araújo  
 Edvania Maria da Silva  
 Elaine Maria da Silva  
 Elaine Oliveira dos Santos  
 Elayne Cristina S. de L. Almeida  
 Eleni Alves da Silva  
 Eliana Cavalcanti dos Prazeres Borba  
 Emanuela Ferreira do Nascimento Araújo  
 Ericka Maria Bezerra da Costa  
 Fabiana Galdino da Silva  
 Fabiana Santos de Arruda Almeida  
 Fabiana Souto Luz  
 Fernanda Frazão de Lima  
 Fernanda Michelle Pereira Girão  
 Francidalva de Queiroz O. Freire  
 Francinalda Pereira de Carvalho Leite  
 Geni Amorim C. de Albuquerque  
 Gerailton Guerra Santana  
 Gilda Rodrigues de Arruda Silva  
 Gizelle Maria Ribeiro de Oliveira  
 Helenara Amaral de Barros Lôbo  
 Helia Maria da Silva Cunha  
 Henrique da Silva Felix  
 Ilza Maria da Silva Rodrigues  
 Isabelle Pereira de Freitas Augusto  
 Ivaneide do Nascimento Pereira  
 Ivani Dantas Vieira  
 Izabel Salviano Moura  
 Jaciara Emilia do Nascimento  
 Jaildes Domingos de Paiva  
 Jailma Barros do Nascimento  
 Janaina Correia de Veras  
 Janaina Maria do S. S. Soares  
 Jarailda Batista de Sousa  
 Jeane Barbosa da Silva Vieira  
 José Luciano da Silva  
 Josefa Dalvani Porto Pastor  
 Josélia Moura Gonçalves da Silva  
 Josilene de Souza Morais Menezes  
 Juciane Maria de Macêdo  
 Karina Suzana Gomes De Melo  
 Karine Grasielle da S. Santos  
 Karla Andréa Roldão de Melo  
 Karla Maysa Silva Costa  
 Kassandra Saúde de Carvalho  
 Katia Silene Barbosa Mendes Silva  
 Katia Valeria Ferreira Silva de Oliveira  
 Kelly Fernanda Alves Xavier  
 Keylane Almeida Tenorio  
 Laudeci Monteiro Lima  
 Leandro Cícero dos Santos  
 Lenilda Gomes de Souza Rodrigues  
 Lenilda José de Lima  
 Lenilda Rodrigues da Silva  
 Lina Kelly Tavares Silva  
 Luciana Anacleto da Silva  
 Luciana dos Santos Pereira  
 Luciana Francisca de Lima  
 Lucielma Ribeiro da Silva  
 Lucy Gomes de França  
 Luzia Sampaio da Silva  
 Mabel Cristina Marques Melo  
 Mácia Girlene e Silva  
 Macilene Cordeiro de Souza  
 Maria Aparecida da Silva Melo  
 Maria Aparecida de Aguiar  
 Maria Aparecida de Melo  
 Maria Aparecida de Melo Silva  
 Maria Cintia Oliveira Silva  
 Maria da Conceição Santos  
 Maria da Conceição Carla da Silva  
 Maria da Conceição Silva Marques  
 Maria das Dores de Lima  
 Maria das Graças de Lucena Silva  
 Maria das Graças S. Galvai  
 Maria de Fátima Cardoso Souza  
 Maria de Fátima G. da Silva  
 Maria de Fátima Pereira  
 Maria de Fátima Santos Silva  
 Maria Dilma Marques T. N. Goiana  
 Maria do Rosário Souza  
 Maria Ednércia de Carvalho  
 Maria Elizabete Gomes Ramos  
 Maria Graciele da S. Lopes  
 Maria Ivonete Alexandre  
 Maria José da Silva Pereira  
 Maria José dos Santos  
 Maria Joseli S. S. L. Coelho  
 Maria Joseneide Leandro  
 Maria Joseneide Leandro Fernandes  
 Maria Josileide Guimarães da Silva  
 Maria Luanara Barros e Silva  
 Maria Lucivânia Pereira Silva

Maria Ludelma Silva Galvão Alves  
Maria Rosário Santos Soares  
Maria Roseana da Silva Bezerra  
Maria Solange dos Santos  
Maria Tereza da Silva  
Maria Vitória Xavier de Mello  
Marisa Feitosa Sobral  
Matia de Fátima Galdino da Silva  
Melissa Lousenatti Lima Mournesso  
Merielle Cristine da Silva Arruda  
Michele Juliana Ramos da Silva  
Michelle Herculano dos Santos  
Mônica Maria Cavalcanti Menezes  
Nádia Pereira Lina  
Natalia Fernanda dos N. S. Souza  
Nederjane Delmondes Coelho de Oliveira  
Niedja Pereira da Silva  
Nubia Fabiana Cordeiro  
Ozivania Lopes da Dilva  
Patrícia Uatleron Barros  
Polyanna Monteiro R. dos Santos  
Raphaela Leonel dos Santos  
Rayanne Vieira de Oliveira  
Rejane Aparecida Ferreira dos Santos  
Renata de Souza Campos  
Rosa Teixeira Delmondes Reis  
Rosalia Monteiro de Jesus Souza  
Rosely Maria Conrado  
Rosilene Maria Brito de França  
Rosimeire de Souza Santos Cavalcanti

Rosimere Verissimo de Melo  
Rosimery Maria de Araújo  
Rosivánias Mota Garcez de Oliveira  
Rúbia Maria Lopes  
Rubia Tacianny Duarte Serafim  
Samuel Suzano de Luna  
Sandra Marciene Barbosa Tavares  
Sandra Regina da S. Ribeiro Melo  
Sandra Valéria de Vasconcelos Patrício  
Sheila Libania das Oliveira  
Sheila Márcia Pereira de Lima  
Silvana Oliveira da Silva  
Simone Maria dos Santos Nogueira  
Simony Cristina Marques Pereira Lopes  
Soraya Darlay Bezerra Veloso  
Sueli Ramos Feitosa  
Suetânia Maria de Andrade  
Synara Aparecida da S. Valério  
Tamires Maiara da Silva Cavalcante  
Tarcia Regina da Silva  
Tayna Iruana Gonzaga da Silva  
Telça Lúcia de Sales Pires  
Telvânia Rosilda do Nascimento  
Thais Maria da Silva  
Thays Monteiro do Nascimento  
Valéria Batista Costa Patriota  
Valeria Cristina de Oliveira  
Valquiria Monteiro de Melo  
Verônica Maria Novaes Daltro  
Wilka Maria da Cruz Santos





